

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DO

CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF nº 19.768.984/0001-83
Classificação ANBIMA: Diversificado Tipo 3



Administração
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ("Administrador")
Avenida Paulista, n.º 2.300, 11º andar, São Paulo - SP
CNPJ nº 00.360.305/0001-04

Distribuição
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ("Coordenador Líder")
CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04
Avenida Paulista, n.º 2.300, 12º andar, São Paulo - SP

O CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("FUNDO") ESTÁ REALIZANDO A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE ATÉ 3.000.000 (TRÊS MILHÕES) DE COTAS DE UMA ÚNICA CLASSE, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, DE SUA PRIMEIRA EMISSÃO ("COTAS" E "PRIMEIRA EMISSÃO", RESPECTIVAMENTE), SOB REGIME DE MELHORES ESFORÇOS DE COLOCAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS EVENTUAIS COTAS OBJETO DE "QUANTIDADE ADICIONAL" E/OU "LOTE SUPLEMENTAR", A SEGUIR DEFINIDAS, CONFORME PROCEDIMENTOS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM") N.º 391, DE 16 DE JULHO DE 2003, CONFORME ALTERADA ("INSTRUÇÃO CVM 391"), E NA INSTRUÇÃO DA CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA ("INSTRUÇÃO CVM 400"), COM PREÇO DE EMISSÃO DE R\$ 100,00 (CEM REAIS) POR COTA ("OFERTA"), PERFAZENDO O MONTANTE TOTAL DE ATÉ:

R\$ 300.000.000,00

(TREZENTOS MILHÕES DE REAIS)
Código ISIN das Cotas nº BRXLOCTF004

O FUNDO FOI CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, NÃO SENDO ADMITIDO O RESGATE DE SUAS COTAS SENÃO QUANDO DE SUA EXTINÇÃO, E TEM POR OBJETIVO PREPONDERANTE A AQUISIÇÃO DE COTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA, ADMINISTRADO E GERIDO PELO ADMINISTRADOR, CONSTITUÍDO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 391 ("FIP INVESTIDO").

O FUNDO É ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE EMPRESA PÚBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE CARTEIRA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CONFORME ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 3.241, DE 04 DE JANEIRO DE 1995, REGENDO-SE PELO ESTATUTO APROVADO PELO DECRETO Nº 7.973, DE 28 DE MARÇO DE 2013, COM SEDE EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DE SUA VICE-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO DE ATIVOS DE TERCEIROS, COM SEDE NA AVENIDA PAULISTA Nº 2.300, 11º ANDAR, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 00.360.305/0001-04 ("ADMINISTRADOR"). O ADMINISTRADOR TAMBÉM EXERCERÁ A ATIVIDADE DE GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS ("CARTEIRA DE INVESTIMENTOS"). A OFERTA SERÁ COORDENADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE EMPRESA PÚBLICA, REGENDO-SE PELO ESTATUTO APROVADO PELO DECRETO Nº 7.973, DE 28 DE MARÇO DE 2013, COM SEDE EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DE SUA VICE-PRESIDÊNCIA DE FINANÇAS E CONTROLADORIA, COM SEDE NA AVENIDA PAULISTA Nº 2.300, 12º ANDAR, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 00.360.305/0001-04 QUE ATUARÁ COMO INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA LÍDER DA OFERTA. ("COORDENADOR LÍDER").

A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO FOI APROVADA EM 28 DE JANEIRO DE 2014. A PRIMEIRA EMISSÃO, A OFERTA E O INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO DO FUNDO ("REGULAMENTO") FORAM APROVADOS POR ATO ÚNICO DO ADMINISTRADOR DATADO DE 28 DE JANEIRO DE 2014, REGISTRADO NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SOB O N.º 0002526066, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2014. A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014, SOB N.º CVM/SRE/RFP/2014/005, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 391 E DA INSTRUÇÃO CVM 400.

O INVESTIMENTO NO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. OS INVESTIDORES DEVEM LER ATENTAMENTE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO, NA PÁGINA 50 DESTES PROSPECTO. AINDA QUE O ADMINISTRADOR MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, PARA O INVESTIDOR. ALÉM DISSO, QUALQUER RENTABILIDADE OBTIDA PELO FUNDO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO COORDENADOR LÍDER OU DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC. A OFERTA NÃO CONTA COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO. AINDA, NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR OU DO COORDENADOR LÍDER, DE QUE O OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS DO REGULAMENTO RELATIVAS AO OBJETIVO DO FUNDO, À SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTO QUE TRATAM SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS O FUNDO ESTÁ SUJEITO, CONFORME DESCRITO NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DESTES PROSPECTO, NA PÁGINA 50.

ESTE FUNDO DE COTAS APLICA EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESAO AO REGULAMENTO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTES PROSPECTO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO PELO INVESTIDOR, E QUE FEZ SUA PRÓPRIA PESQUISA, AVALIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTES SOBRE O FUNDO E, CONSIDERANDO SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA E OBJETIVOS DE INVESTIMENTO, TOMOU A DECISÃO DE PROSSEGUIR COM A SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS, TENDO ACESSO A TODAS INFORMAÇÕES QUE JULGOU NECESSÁRIAS À TOMADA DA DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS COTAS.

AS COTAS PODERÃO SER DISTRIBUÍDAS E ADMITIDAS PARA NEGOCIAÇÃO EM MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO ADMINISTRADO E OPERACIONALIZADO PELA CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

NÃO HÁ GARANTIAS DE QUE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO, QUANDO DA AMORTIZAÇÃO E/OU RESGATE TOTAL DE SUAS COTAS, SERÁ O MAIS BENEFÍCIO DENTRE OS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA VIGENTE. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO E AO FUNDO, VIDE ITEM "TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS" DA SEÇÃO "INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO", NA PÁGINA 83 DESTES PROSPECTO.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DA ABVCAP E DA ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, DA ABVCAP OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

A CONCESSÃO DO REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
DEFINIÇÕES	5
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	11
2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	15
TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	17
2.1. Características da Oferta	17
2.1.1. <i>Autorização</i>	17
2.1.2. <i>A Oferta</i>	17
2.1.3. <i>Público Alvo da Oferta</i>	19
2.1.4. <i>Aplicação Inicial e Manutenção de Investimento no Fundo</i>	19
2.1.5. <i>Registro da Oferta</i>	19
2.1.6. <i>Quantidade de Cotas</i>	19
2.1.7. <i>Preço de Emissão e Valor Total da Oferta</i>	20
2.1.8. <i>Distribuição Parcial</i>	20
2.1.9. <i>Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas e Prazo de Colocação</i>	20
2.1.10. <i>Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas</i>	21
2.1.11. <i>Classificação de Risco</i>	21
2.1.12. <i>Publicação de Informações sobre a Oferta</i>	22
2.1.13. <i>Cronograma Indicativo de Etapas da Oferta</i>	22
2.1.14. <i>Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta</i>	22
2.1.15. <i>Suspensão e Cancelamento da Oferta</i>	23
2.2. Registro das Cotas para Distribuição e Negociação	23
2.3. Custos da Oferta	23
2.4. Outras Informações	24
2.4.1. <i>Informações Adicionais</i>	24
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	26
DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO COORDENADOR LÍDER	45
3. FATORES DE RISCO	47
4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO	57
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	59
4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração	59
4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Subscrição	59
4.3. Objetivo e Política de Investimento do Fundo	59
4.4. Período de Investimento	61
4.5. Período de Desinvestimento	61
4.6. Características, Direitos e Amortização das Cotas	61
4.6.1. <i>Características das Cotas e Direitos Patrimoniais</i>	61
4.6.2. <i>Valor das Cotas</i>	62
4.6.3. <i>Direito de Voto das Cotas</i>	62
4.6.4. <i>Patrimônio Inicial</i>	62
4.6.5. <i>Emissão e Subscrição de Cotas</i>	62
4.6.6. <i>Integralização das Cotas</i>	63
4.6.7. <i>Inadimplência dos Cotistas</i>	63
4.6.8. <i>Emissão de Novas Cotas</i>	64
4.6.9. <i>Amortização e Resgate de Cotas</i>	64
4.7. Negociação das Cotas	65
4.8. Liquidação e Procedimentos para Liquidação do Fundo	65
4.9. Política de Distribuição de Resultados	66
4.10. Avaliação dos ativos e do Patrimônio Líquido	66
4.11. Demonstrações Contábeis do Fundo	67
4.12. Exercício Social do Fundo	67

4.13. Assembleia Geral de Cotistas	67
4.14. Administração e Gestão	70
4.14.1. <i>Administrador</i>	70
4.14.2. <i>Obrigações e Responsabilidades do Administrador</i>	70
4.14.3. <i>Gestão</i>	72
4.14.4. <i>Obrigações e Responsabilidades do Administrador quanto à gestão da Carteira de Investimentos</i>	72
4.14.5. <i>Vedações ao Administrador</i>	73
4.14.6. <i>Substituição do Administrador</i>	74
4.15. Custódia	75
4.16. Política de Exercício de Direito de Voto	75
4.17. Remuneração do Administrador e demais Despesas do Fundo	75
4.17.1. <i>Taxa de Administração</i>	75
4.17.2. <i>Taxa de Performance</i>	76
4.17.3. <i>Encargos do Fundo</i>	76
4.18. Política de Divulgação de Informações	77
4.19. Regras de Tributação	79
4.19.1. <i>Tributação Aplicável aos Cotistas</i>	79
4.19.2. <i>Tributação Aplicável ao Fundo</i>	80
4.20. Atendimento aos Cotistas	81
5. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	83
5.1. Informações sobre as Partes	85
5.1.1. <i>O Administrador e Coordenador Líder</i>	85
5.1.2. <i>O Custodiante</i>	91
5.2. Relacionamento entre as Partes	92
5.2.1. Relacionamento entre o Administrador e Custodiante	92
5.2.2. Relacionamento entre o Administrador e Coordenador Líder	92
5.2.3. Relacionamento entre o Administrador e Auditor Independente	93
ANEXOS	95
ANEXO I - Cópia do Instrumento Particular de Constituição e Regulamento Vigente do CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	97
ANEXO II - Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	145
ANEXO III - Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	149

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro
- Resumo das Características da Oferta

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	É a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL , instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, devidamente autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº 324, de 04 de janeiro de 1995, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, com sede na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04. O Administrador também exercerá a atividade de gestão da Carteira de Investimentos;
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta, elaborado nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400;
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta, elaborado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400;
Assembleia Geral de Cotistas	A assembleia prevista no Capítulo VII do Regulamento;
Auditor Independente	A PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes, com sede na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, Torre Torino, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, ou outra empresa que venha a ser contratada, na qualidade de auditor independente responsável pela auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
BACEN	Banco Central do Brasil;
Capital Comprometido	O valor total que cada Cotista, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição, tenha se obrigado a aportar em recursos no Fundo, mediante integralizações das Cotas subscritas;
Capital Integralizado	O valor total das Cotas subscritas e integralizadas;
Carteira de Investimentos	O conjunto dos investimentos integrantes do patrimônio do Fundo;

CETIP	A CETIP S.A. - Mercados Organizados;
Chamada de Capital	Cada chamada de capital aos Cotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Cotas que tenham sido subscritas por cada um dos Cotistas, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, à medida que sejam identificadas oportunidades de investimento em valores mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
Código ABVCAP/ANBIMA	O Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE, elaborado pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pela ABVCAP – Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital;
Companhias Alvo	São as sociedades por ações, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários que possam ser objeto de investimento pelo FIP Investido;
Companhias Investidas	Significam as sociedades por ações, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e/ou valores mobiliários, títulos e/ou valores estes que sejam adquiridos ou subscritos pelo FIP Investido;
Conflito de Interesses	É a existência de qualquer interesse do Administrador, seus empregados, dos Cotistas do Fundo, companheiros ou parentes até o segundo grau de quaisquer das referidas pessoas que, de forma direta ou indireta, possa, sob qualquer aspecto, ser contraposto aos interesses do Fundo ou dos demais Cotistas;
Contrato de Distribuição	É o instrumento particular de Contrato de Distribuição Pública Primária de Cotas do CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e o Coordenador Líder;
Coordenador Líder	É a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL , instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Finanças e Controladoria, com sede na Avenida Paulista nº 2.300, 12º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Coordenador Líder da Oferta;
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo;

Cotistas	Os investidores que venham a subscrever ou de qualquer forma adquirir Cotas de emissão do Fundo;
Cotista Inadimplente	O Cotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Cotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento;
Custodiante	É o BANCO BRADESCO S.A., com sede Cidade de Deus S/N, no Município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 na qualidade de custodiante do Fundo, instituição devidamente registrada na CVM, contratada para o exercício das atividades de tesouraria, contabilização e custódia dos ativos do Fundo, além das atividades de serviços de controladoria de ativo (controle e processamento dos títulos e valores mobiliários), de passivo e de escrituração de Cotas do Fundo ou outra instituição que venha a substituí-la;
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Início da Distribuição	Será o dia da publicação do Anúncio de Início;
Dia Útil	Significa qualquer dia, que não um sábado, domingo, ou outro dia em que os bancos comerciais não estejam autorizados a funcionar, ou sejam obrigados a permanecer fechados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
FIP Investido	O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.877.859/0001-13, administrado pelo Administrador, constituído nos termos da Instrução CVM 391;
Fundo	Significa este CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ;
Instrução CVM 391	A Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 400	A Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 409	A Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
Instrução CVM 461	A Instrução CVM n.º 461, de 23 de outubro de 2007, conforme alterada;
Instrução CVM 476	A Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
IOF/Títulos	O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários que incide em operações relativas a títulos ou valores mobiliários;

IOF/Câmbio	O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários que incide em operações de câmbio;
IPCA	O Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE;
Investimentos Líquidos	São os outros ativos financeiros em que o Fundo poderá investir, além do FIP Investido, quais sejam: cotas de fundos de investimento de renda fixa, títulos de dívida pública; títulos, contratos e modalidades operacionais de obrigação ou coobrigação de instituição financeira, e operações compromissadas;
Lote Suplementar	São as Cotas que o Coordenador Líder, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 24 da Instrução CVM nº 400, a qualquer momento durante o Período de Distribuição e com a prévia concordância do Administrador, poderá optar por acrescentar ao Valor Total da Oferta, em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) Cotas, perfazendo o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Cotas inicialmente ofertadas;
Montante Mínimo	O montante mínimo a ser subscrito é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
Novas Cotas	As novas Cotas que sejam emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão;
Oferta	A distribuição pública das Cotas da Primeira Emissão;
Patrimônio Líquido	É a soma do disponível, mais o valor da Carteira de Investimentos, mais os valores a receber, menos as exigibilidades;
Período de Distribuição	O período para a distribuição das Cotas no âmbito da Oferta, que será de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro;
Período de Investimento	O período de 5 (cinco) anos contados da data da primeira integralização de Cotas, sujeito à prorrogação conforme decisão do Administrador, sem alterar o Prazo de Duração;
Prazo de Duração	Prazo de duração do Fundo, qual seja, 12 (doze) anos, contados da data da primeira integralização de Cotas, podendo ser prorrogado por até 3 (três) anos conforme proposta do Administrador devida e previamente aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas;
Preço de Emissão	O valor unitário de emissão das Cotas, equivalente a R\$ 100,00 (cem reais);

Preço de Integralização	O preço unitário de integralização das Cotas será correspondente ao preço unitário de emissão das Cotas, qual seja, R\$ 100,00 (cem reais);
Primeira Emissão	A primeira emissão de Cotas do Fundo, formada por, no mínimo, 3.000 (três mil) Cotas e, no máximo, 3.000.000 (três milhões) de Cotas;
Prospecto	O presente Prospecto da Oferta;
Público Alvo	Investidores que se enquadrem como investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409;
Setor Alvo	Significa o setor de infraestrutura de transportes, incluindo, mas não se limitando aos seguintes seguimentos: portos, rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos e setores complementares a estes;
Quantidade Adicional	São as Cotas que o Fundo, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 a qualquer momento durante o período de distribuição e com a prévia concordância do Coordenador Líder, poderá optar por acrescentar ao Valor Total da Oferta, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 600.000 (seiscentas mil) Cotas, perfazendo o montante de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Cotas inicialmente ofertadas
Regulamento	O regulamento do Fundo, o qual segue anexo a este Prospecto;
Taxa de Administração	Taxa a que se fará jus o Administrador, calculada de acordo com o artigo 3º do Regulamento;
Valor Mínimo de Subscrição	O valor mínimo para subscrição de Cotas no Período de Distribuição é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui expectativas de retorno, estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas Seções “Informações sobre o Fundo” na página 57 e “Destinação dos Recursos” na página 26 deste Prospecto.

As expectativas de retorno, estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou possam potencialmente vir a afetar os negócios e resultados do Fundo. Embora se acredite que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que se dispõe atualmente. As expectativas de retorno, estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- Intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- Alterações nas leis e regulamentos, conforme aplicáveis;
- Capacidade do Fundo de implementar a política de investimentos com sucesso;
- Alterações da conjuntura econômica, da política e de negócios no Brasil, inclusive dos índices de crescimento econômico, nível de desemprego, crescimento populacional e confiança do consumidor, além de flutuações nas taxas de câmbio, de juros ou de inflação;
- Os efeitos da crise econômica e financeira internacional no Brasil;
- Capacidade de acessar o mercado de capitais em condições favoráveis; e
- Outros fatores de risco apresentados na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e expectativas. Tais estimativas e expectativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou revisadas quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em garantia de um desempenho futuro do Fundo, sendo que os reais resultados do Fundo ou o desenvolvimento de suas atividades podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas, expectativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros do Fundo podem diferir substancialmente das expectativas dos prestadores de serviços do Fundo, das partes envolvidas na Oferta e dos investidores. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e expectativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento no Fundo.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissor	CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES;
Objeto da Oferta	Cotas da Primeira Emissão do Fundo;
Aprovação da Oferta	A Primeira Emissão e a Oferta foram aprovadas pelo Administrador por meio do “Instrumento Particular de Constituição do CAIXA Logística Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações”, datado de 28 de janeiro de 2014 e registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal, em 11 de fevereiro de 2014, sob n.º 0002526066;
Público Alvo	A Oferta é destinada exclusivamente à participação de investidores qualificados, assim classificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409;
Aplicação Mínima Inicial	O Valor Mínimo de Subscrição inicial por cada Cotista no Fundo será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
Preço de Emissão	R\$ 100,00 (cem reais) por Cota;
Quantidade de Cotas da Oferta	No mínimo, 3.000 (três mil) Cotas e no máximo 3.000.000 (três milhões) de Cotas;
Valor Total da Oferta	Até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
Distribuição Parcial e Montante Mínimo	A Oferta poderá ser encerrada desde que verificada a subscrição de Cotas representativas de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Portanto, a Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas, desde que haja colocação do Montante Mínimo, sendo que as Cotas que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com o Administrador;
Coordenador Líder	É a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL , instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Finanças e Controladoria, com sede na Avenida Paulista nº 2.300, 12º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Coordenador Líder da Oferta
Regime de Distribuição de Cotas	As Cotas objeto da Oferta serão distribuídas sob regime de melhores esforços de distribuição. O Coordenador Líder não será responsável pela subscrição e

	integralização de eventual saldo de Cotas que não seja subscrito e integralizado no âmbito da Oferta;
Procedimentos para Subscrição e Integralização de Cotas	<p>Os investidores interessados na aquisição de Cotas deverão formalizar a subscrição de Cotas mediante assinatura do Boletim de Subscrição, do Compromisso de Investimento e do Termo de Adesão ao Regulamento, que serão firmados pelo investidor mediante sua assinatura em vias físicas dos documentos junto ao Coordenador Líder. Caso o Montante Mínimo da Oferta não seja subscrito a Oferta será cancelada.</p> <p>Os subscritores poderão, no ato de subscrição das Cotas, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Cotas ofertadas; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.</p> <p>As Cotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização, em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, observados os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento.</p> <p>Ao receber as Chamadas de Capital, o Cotista será obrigado a integralizar a totalidade das Cotas descritas na Chamada de Capital, limitado ao total subscrito, no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da Chamada de Capital.</p> <p>As Cotas deverão ser integralizadas exclusivamente em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias corridos após a notificação do Administrador, em recursos imediatamente disponíveis e transferíveis à conta de titularidade do Fundo mantida pelo Administrador, ou por meio dos procedimentos operacionais da CETIP, conforme expressamente indicado em documento que vier a formalizar cada Chamada de Capital.</p> <p>O procedimento descrito acima será repetido para cada Chamada de Capital até que 100% (cem por cento) das Cotas subscritas pelos Cotistas tenham sido integralizadas.</p> <p>As Cotas integralizadas fora do ambiente de mercado de balcão organizado ou bolsa de valores serão mantidas em conta de depósito em nome do Cotista junto ao Custodiante, o qual comprovará a propriedade e a quantidade de Cotas detidas por cada um dos Cotistas por meio de extrato da respectiva conta de depósito.</p>
Registro das Cotas para Distribuição e Negociação	As Cotas emitidas pelo Fundo poderão ter registro na CETIP, e poderão ser objeto de negociação em mercado de balcão organizado, podendo, ainda, ser objeto de negociações privadas, nos termos da legislação e

	regulamentação vigentes;
Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas	As Cotas serão todas de uma mesma classe, possuindo os mesmos direitos patrimoniais e recebendo igualmente, na proporção de seu valor nominal unitário, os rendimentos decorrentes da distribuição de resultados do Fundo. Cada Cota corresponderá a um voto na Assembleia Geral de Cotistas;
Período de Distribuição	O período para a distribuição das Cotas no âmbito da Oferta será de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro;
Resgate de Cotas	O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, não sendo admitido o resgate de suas Cotas;
Destinação de Recursos	Os recursos arrecadados com a integralização das Cotas, líquidos das despesas relacionadas à Oferta, serão destinados, preponderantemente, ao investimento em cotas do FIP Investido, conforme descrito na Seção “Destinação de Recursos” na página 26 deste Prospecto;
Inadequação de Investimento	<p>O investimento em Cotas representa um investimento de risco. Dessa forma, os investidores estarão sujeitos a perdas patrimoniais e a riscos, dentre outros, àqueles relacionados com a liquidez das Cotas, à volatilidade do mercado de capitais e aos ativos integrantes da Carteira de Investimentos. Além disso, o Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, não admite a possibilidade de resgate de suas Cotas, sendo que os seus Cotistas podem ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no mercado secundário. Recomenda-se, portanto, que os investidores leiam cuidadosamente a Seção “Fatores de Risco” na página 47 deste Prospecto, antes da tomada de decisão de investimento, para a melhor verificação de alguns riscos que podem afetar de maneira adversa o investimento nas Cotas.</p> <p>A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE BUSQUEM RETORNO DE CURTO PRAZO E/OU NECESSITEM DE LIQUIDEZ EM SEUS INVESTIMENTOS.</p>
Anúncios relacionados à Oferta	Todos os anúncios, atos e/ou fatos relevantes relativos ao Fundo e à Oferta serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, de modo a garantir aos investidores amplo acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões de adquirir ou não as Cotas;
Informações Adicionais	Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Coordenador Líder e/ou à CVM, nos endereços e por meio das informações de contato descritos no item “Informações Adicionais” da Seção “Termos e Condições da Oferta”, na página 24 deste Prospecto, e da Seção “Identificação dos Prestadores de Serviço do Fundo”, na página 25 deste Prospecto;

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- Termos e Condições da Oferta
- Identificação dos Prestadores de Serviço do Fundo
- Destinação dos Recursos
- Declarações do Administrador e do Coordenador Líder

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. Autorização

A Primeira Emissão e a Oferta foram aprovadas pelo Administrador por meio “Instrumento Particular de Constituição do CAIXA Logística Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações”, datado de 28 de janeiro de 2014 e registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, em 11 de fevereiro de 2014, sob n.º 2526066.

2.1.2. A Oferta

As Cotas da Primeira Emissão poderão ter registro na CETIP, e poderão ser objeto de negociação em mercado de balcão organizado, podendo, ainda, ser objeto de negociações privadas, nos termos da legislação e regulamentação vigentes.

A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder sob regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta.

O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Cotas de acordo com os procedimentos estabelecidos na regulamentação em vigor, com observância dos seguintes requisitos:

- (i) Serão acatados os Boletins de Subscrição dos investidores que se declararem Investidores Qualificados nos termos da ICVM 409 e que entendam os riscos relacionados aos objetivos e às atividades do Fundo, buscando retorno de seus investimentos de risco no longo prazo; e
- (ii) Deverá ser observado, ainda, que somente poderão ser subscritas quantidades mínimas iniciais de Cotas correspondentes ao Valor Mínimo de Subscrição por investidor, ou seja, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), equivalente a 3.000 (três mil) Cotas, não sendo admitidas Cotas fracionárias, ficando desde já ressalvado que se o total de Cotas subscritas corresponder ao Valor Total da Oferta, esta será encerrada pelo Administrador antes do término do prazo da Oferta.

O Período de Distribuição das Cotas objeto da Oferta é de até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta.

Procedimentos de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, a totalidade das Cotas serão ofertadas aos investidores qualificados do varejo, conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, fixado nos seguintes termos:

- (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e que seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto, para

leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo próprio Coordenador Líder;

- (ii) O Coordenador Líder organizará a colocação das Cotas perante os Investidores Qualificados interessados, por ordem de chegada, sendo que, no caso de colocação da totalidade das Cotas ofertadas, o último investidor na ordem de chegada da distribuição subscreverá as Cotas no limite do Valor Total da Oferta, podendo, para tanto subscrever valor inferior ao Montante Mínimo de Subscrição;
- (iii) O Coordenador Líder realizará a distribuição da Oferta exclusivamente aos investidores que se enquadrem como investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409. A distribuição das Cotas do Fundo será realizada observando as seguintes formas e condições: (a) a partir do registro da Oferta, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto, serão iniciadas a realização de apresentações para potenciais investidores que poderão se estender durante a totalidade do Período de Distribuição; (b) os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados serão previamente submetidos à aprovação da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM n.º 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, na hipótese prevista no artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM n.º 400; (c) observado o disposto no Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto aos investidores; (d) iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Cotas deverão fazê-la perante o Coordenador Líder, por ordem de chegada, e mediante a assinatura do Boletim de Subscrição, do Compromisso de Investimento e do Termo de Adesão ao Regulamento; (e) caso a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400; e/ou seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação; nesta hipótese caso tenha ocorrido a integralização de valores, estes serão devolvidos, acrescidos proporcionalmente dos rendimentos auferidos pelas aplicações do Fundo, com dedução de quaisquer encargos e/ou tributos eventualmente aplicáveis, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e (f) caso (i) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400; (ii) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400; ou (iii) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de comunicado ao mercado. Nesses casos, os valores até então integralizados pelos investidores, se for o caso, serão devolvidos, acrescido proporcionalmente dos rendimentos auferidos pelas aplicações do Fundo, com dedução de quaisquer encargos e/ou tributos eventualmente aplicáveis, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta;
- (iv) As subscrições devem ser formalizadas pelos interessados diretamente junto ao Coordenador Líder da Oferta por meio do preenchimento do Boletim de

Subscrição, cabendo ao Coordenador Líder colher a assinatura dos respectivos investidores em todos os Boletins de Subscrição da Oferta;

(v) Caso não seja subscrito o Valor Total da Oferta da 1ª Emissão de Cotas do Fundo, o Coordenador Líder não se responsabilizará pela subscrição do saldo não colocado;

(vi) Não será concedido qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Cotas no âmbito da Oferta.

2.1.3. Público Alvo da Oferta

A Oferta será destinada exclusivamente à participação de Investidores Qualificados, assim classificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, e que atendam ao disposto no item 2.1.4. abaixo.

Poderão, ainda, participar como Cotistas do Fundo o Administrador ou qualquer parte relacionada a estes.

2.1.4. Aplicação Inicial e Manutenção de Investimento no Fundo

O Valor Mínimo de Subscrição inicial por cada Cotista no Fundo será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

2.1.5. Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em 18 de DEZEMBRO de 2014, sob o n.º CVM/SRE/RFP/2014/005.

2.1.6. Quantidade de Cotas

A Oferta é composta por, no mínimo, 3.000 (três mil) Cotas, e, no máximo, 3.000.000 (três milhões) de Cotas de uma única classe, todas nominativas e escriturais, correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo.

Não obstante o limite de patrimônio inicial do Fundo estabelecido acima, no processo de distribuição pública das Cotas será admitida ao Coordenador Líder, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 24 da Instrução CVM nº 400, a qualquer momento durante o Período de Distribuição, poderá optar acrescer o Valor Total da Oferta, em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) Cotas, perfazendo o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Cotas inicialmente ofertadas (opção de Lote Suplementar). Sem prejuízo das Cotas do Lote Suplementar, o Fundo, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, a qualquer momento durante o Período de Distribuição e com a prévia concordância do Coordenador Líder, poderá optar acrescer o Valor Total da Oferta em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 600.000 (seiscentas mil) de Cotas, perfazendo o montante de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Cotas inicialmente ofertadas (Quantidade Adicional). Tanto a opção de Lote Suplementar quanto a opção de Quantidade Adicional poderão ser destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.

2.1.7. Preço de Emissão e Valor Total da Oferta

O Preço de Emissão das Cotas da Primeira Emissão é de R\$ 100,00 (cem reais) por Cota, totalizando a Oferta o montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e, no máximo, R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

2.1.8. Distribuição Parcial

A Oferta poderá ser encerrada pelo Coordenador Líder, a qualquer momento desde que verificada a subscrição de Cotas representativas de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Portanto, a Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas, desde que haja colocação do Montante Mínimo, sendo que as Cotas que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas. O Coordenador Líder não é responsável pela subscrição e integralização das Cotas que não sejam subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta.

A divulgação do resultado da Oferta será realizada por meio do Anúncio de Encerramento.

2.1.9. Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Cotas, o subscritor (i) assinará o Boletim de Subscrição; (ii) comprometer-se-á, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Cotas subscritas nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

Os subscritores poderão, no ato de subscrição das Cotas, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Cotas ofertadas; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

Na hipótese do item (ii) acima, o subscritor deverá indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Cotas que subscreveu ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Cotas efetivamente colocadas e número de Cotas originalmente ofertadas. Na falta de manifestação do Subscritor, presumir-se-á o interesse em receber a totalidade das Cotas por ele subscritas.

As Cotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização, em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, observados os procedimentos descritos nos compromissos de investimento e o disposto no Regulamento.

Na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo, o Administrador realizará Chamadas de Capital, solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas pelo Cotista.

Ao receber as Chamadas de Capital, o Cotista será obrigado a integralizar parte ou a totalidade das Cotas subscritas no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias corridos após a notificação do Administrador.

Como regra geral, Chamadas de Capital para a realização de investimentos poderão ser realizadas somente durante o Período de Investimento, observadas as exceções previstas no Regulamento, ao passo que Chamadas de Capital para o pagamento de despesas e encargos do Fundo poderão ser realizadas a qualquer momento durante o Prazo de Duração.

As Cotas deverão ser integralizadas exclusivamente em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias corridos após a notificação do Administrador, em recursos imediatamente disponíveis e transferíveis à conta de titularidade do Fundo mantida pelo Administrador, ou por meio dos procedimentos operacionais da CETIP, conforme expressamente indicado em documento que vier a formalizar cada nova Chamada de Capital.

A integralização de Cotas do Fundo em moeda corrente nacional poderão ser realizadas pelo (i) MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, (ii) por meio de débito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

O procedimento descrito acima será repetido para cada Chamada de Capital até que 100% (cem por cento) das Cotas subscritas pelos Cotistas tenham sido integralizadas.

No ato de cada integralização de Cotas, os Cotistas receberão comprovante de pagamento referente às Cotas integralizadas, que será devidamente autenticado pelo Administrador e deverá conter o valor transferido ao Fundo e a quantidade de Cotas subscritas e integralizadas.

Os Cotistas, ao subscreverem Cotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos itens acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item “Inadimplência de Cotistas” da Seção “Informações sobre o Fundo” na página 63 deste Prospecto.

2.1.10. Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

As Cotas serão todas de uma mesma classe, possuindo os mesmos direitos patrimoniais e recebendo igualmente, na proporção de seu valor nominal unitário, os rendimentos decorrentes da distribuição de resultados do Fundo. Cada Cota corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas.

É concedido aos Cotistas o direito de preferência na forma do Parágrafo Primeiro e ss. do artigo 39 do Regulamento.

2.1.11. Classificação de Risco

A Oferta não conta com classificação de risco.

2.1.12. Publicação de Informações sobre a Oferta

Todos os anúncios, atos e/ou fatos relevantes relativos ao Fundo e à Oferta serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, de modo a garantir aos investidores amplo acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões de adquirir ou não as Cotas.

2.1.13. Cronograma Indicativo de Etapas da Oferta

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista^(*)
1.	Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	19/09/2014
2.	Recebimento de Exigências da CVM	17/10/2014
3.	Atendimento das Exigências da CVM	14/11/2014
4.	Recebimento de Vícios Sanáveis da CVM	28/11/2014
5.	Atendimento dos Vícios Sanáveis da CVM	04/12/2014
6.	Concessão do Registro da Oferta pela CVM	18/12/2014
7.	Publicação do Anúncio de Início e Disponibilização do Prospecto	22/12/2014
8.	Publicação do Anúncio de Encerramento	Até 6 (seis) meses a contar da Publicação do Anúncio de Início.

* As datas acima indicadas são meramente estimativas, estando sujeitas a atrasos e modificações, sendo que em caso de atraso os investidores serão informados através de Comunicado ao Mercado após a comunicação do Coordenador Líder à CVM.

2.1.14. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

O Coordenador Líder, poderá requerer à CVM que o autorize a modificar ou revogar a Oferta caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante dos riscos assumidos. Adicionalmente, o Coordenador Líder poderá, modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores aceitantes os valores eventualmente dados em contrapartida às Cotas, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder deverá certificar-se que os investidores que manifestarem sua adesão à Oferta (a) estão cientes de que as condições da Oferta originalmente informadas foram modificadas, e (b) têm conhecimento das novas condições. Adicionalmente, o Coordenador Líder, às expensas do Fundo, divulgará a modificação pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e, adicionalmente, comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta sobre a referida modificação para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação do Coordenador Líder, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, presumida a manutenção em caso de silêncio.

2.1.15. Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do pedido de registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas, conforme o disposto no artigo 20, parágrafo único, da Instrução CVM 400, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária. Não haverá dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Cotas pelos investidores na hipótese de devolução acima.

2.2. Registro das Cotas para Distribuição e Negociação

As cotas poderão ser distribuídas e admitidas para negociação em mercado de balcão organizado administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados.

Para informações detalhadas sobre os requisitos para negociação das Cotas, vide item 4.7 “Negociação das Cotas” da Seção “Informações sobre o Fundo”, na página 65 deste Prospecto.

2.3. Custos da Oferta

A tabela abaixo apresenta uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custos da Oferta	Montante (R\$)	% em relação ao
	Valor Total da Oferta	Valor Total da Oferta ¹
Comissão de Coordenação e Colocação	R\$ 50.000,00	0,0167%
Registros em Cartório	R\$ 2.000,00	0,0007%
Despesas de Registro Oferta na CVM	R\$ 82.870,00	0,0276%
Despesas com impressão do Prospecto	R\$ 10.000,00	0,0033%
Despesas de Registro do Fundo na ANBIMA	R\$ 6.266,70	0,0021%
Publicações e Marketing ²	R\$ 200.000,00	0,0667%
Demais Despesas	R\$ 100.000,00	0,0333%
Total	R\$ 451.136,70	0,1504%
<i>1 Valores e percentuais arredondados</i>		
<i>2 Valores estimados</i>		

Custo Unitário de Distribuição*	
Preço por Cota (R\$)**	Custo por Cota (R\$)
	Valor Total da Oferta
R\$ 100,00	0,1504
% em relação ao valor unitário da Quota	0,1504%
* valores e percentuais estimados e arredondados	
** com base no Preço de Emissão	

2.4. Outras Informações

2.4.1. Informações Adicionais

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à sede do Coordenador Líder, nos endereços indicados no item “Identificação dos Prestadores de Serviço do Fundo” deste Prospecto, ou à CVM, ou, ainda, acessar as respectivas páginas (websites) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, sendo que o Regulamento e o Prospecto do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM ou na CETIP para consulta e reprodução apenas.

Adicionalmente, os interessados poderão obter cópia do Contrato de Distribuição na sede do Administrador e/ou do Coordenador Líder, nos endereços indicados na Seção “Identificação dos Prestadores de Serviço do Fundo” na página 25 deste Prospecto.

Comissão de Valores Mobiliários
 Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
 Rio de Janeiro – RJ
 e
 Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares
 São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br > (Nesta página acessar “Fundos de Investimento”, digitar, no quadro em branco, “CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” e acessar “Continuar”. Neste item, acessar “CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP”; clicar em “Documentos Eventuais (assembleias, fato relevante, prospecto distribuição, regulamento, relatório classificação de risco, etc.)”; clicar no link referente ao documento cuja visualização seja desejada, como “Prospecto de Distribuição” ou “Regulamento”

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

Administrador

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

At.: Srs. Dimitri Lopes Ojevan e Rebeca Correa Balian

Avenida Paulista, nº 2.300, 11º andar

São Paulo - SP

CEP 01310-300

Telefone: (11) 3555-6350

Fax: (11) 3555-6378

E-mail: gedef@caixa.gov.br

Website: www.caixa.gov.br > opção "Downloads" > item "Aplicação Financeira" > subitem "CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP" > escolher o "Prospecto".

Coordenador Líder

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

At.: Srs. Alexandre Gomes Vidal e Valdecir Aparecido Sicchieri

Avenida Paulista, 2.300, 12º andar

São Paulo – SP

CEP 01310-300

Telefone: (11) 3555-6234

Fax: (11) 2159-7205

E-mail: gepte06@caixa.gov.br / gepte@caixa.gov.br

Website: www.caixa.gov.br > opção "Downloads" > item "Mercado de Capitais - Ofertas em Andamento" > subitem "CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP"

Custodiante

BANCO BRADESCO S.A

Endereço: Cidade de Deus S/N – Prédio Amarelo

Osasco – SP

CEP: 06029-900

Telefone: (11) 3684-9431

Fac-símile: (11) 3684-5645

E-mail: 4010.fip@bradesco.com.br / 4010.f.fechado@bradesco.com.br

Website: www.bradesco.com.br

Auditor Independente

PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes

At.: Ana Masciotro / João Santos

Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400 – Torre Torino – Água Branca

São Paulo – SP

CEP: 05001-100

Telefone: (11) 3674-3780

E-mail: ana.masciotro@br.pwc.com / joao.santos@br.pwc.com

Website: www.pwc.com.br

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br (No final desta página acessar, em "Comunicados e Documentos" o link "Prospectos" e, em seguida, no campo disponível, acessar "Prospectos de Fundos de Investimento", sub item "Cotas de Fundos Fechados" e no campo "Título" digitar " CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES" e acessar o prospecto).

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos arrecadados com a integralização das Cotas do Fundo serão destinados, primordialmente, à aquisição de cotas do FIP Investido. Para maiores esclarecimentos acerca dos objetivos e Política de Investimento do Fundo, vide item “Objetivo e Política de Investimento” da Seção “Informações sobre o Fundo” na página 59 deste Prospecto.

Segue abaixo um resumo das principais características do FIP Investido:

Objetivo do FIP Investido

O objetivo do Fundo, conforme regulamento vigente nesta data, é obter retorno e valorização do capital, observada a política de investimento, a seguir descritas, por meio de investimentos na aquisição direta de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

As Companhias Investidas deverão atuar no setor de infraestrutura de transportes (incluindo, mas não se limitando aos seguintes seguimentos: portos, rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos) e setores complementares a estes.

Para efeitos da política de investimento do FIP Investido, são considerados títulos e valores mobiliários as ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confiram o direito ao recebimento de ações ou que estejam em consonância com as exigências da CVM para esta modalidade de fundo de investimento, participando do processo decisório da Companhia Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

Distribuição das Cotas do FIP Investido

As cotas da primeira emissão do FIP Investido são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

Política de Investimento do FIP Investido

Constitui-se objetivo do FIP Investido investir em títulos e valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras, abertas não listadas ou fechadas e sediadas no Brasil, com atuação preponderante no setor de infraestrutura de transportes, incluindo, mas não se limitando aos seguintes seguimentos: portos, rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos e setores complementares a estes, que resultem na participação do processo decisório.

O FIP Investido deverá investir em títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo, sendo obrigatório que, no mínimo 90% (noventa por cento) do capital comprometido desse fundo sejam investidos em Companhias Alvo.

Os títulos e valores mobiliários das Companhias Investidas poderão ser ilíquidos no momento do investimento, mas o FIP investido deverá exigir a adequação do estatuto social da Companhia Investida, para que esta, caso seja fechada, venha a atender, no que couber, aos padrões de governança corporativa exigidos pela BM&FBovespa para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado ou Bovespa Mais, Nível 1 ou Nível 2 da BM&FBovespa, observadas, ainda, as condições exigidas pela Resolução CMN 3.792/09, ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

A participação do FIP Investido no processo decisório da Companhia Investida poderá ocorrer:

- I. pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- II. pela celebração de acordo de acionistas;
- III. pela eleição de membro(s) do conselho de administração, desde que este membro possua influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Investida;
- IV. pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FIP Investido (mesmo que por meio de direito de veto) efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Investida; ou
- V. por quaisquer outros meios permitidos pela legislação em vigor ou aprovados pela CVM.

As Companhias Alvo, de modo a permitir que o FIP Investido possa adquirir ou subscrever títulos e valores mobiliários de sua emissão, deverão ainda atender às seguintes exigências:

- I. melhores padrões de operação e desenvolvimento exigidos legalmente em suas atividades;
- II. os instrumentos de dívida conversíveis em ações e os instrumentos de participação acionária deverão ser condicionados a que as sociedades emissoras tenham suas demonstrações contábeis auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- III. os instrumentos de dívida conversíveis em ações deverão ter classificação de risco correspondente ou superior a baixo risco de crédito, emitida por agência classificadora de risco internacional em funcionamento no País.

Adicionalmente, e sem prejuízo das 3(três) exigências acima expostas, para se tornar uma Companhia Investida, esta deverá, ainda, seguir os seguintes requisitos:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência de tais títulos em circulação;
- II. mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V. no caso de abertura de capital, obrigar-se formalmente, perante o FIP Investido, a aderir a segmento especial de bolsa de valores - Novo Mercado ou Bovespa Mais ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos (I) e (II) acima,

- VI. implementar na política das Companhias Investidas, no que couber, o atendimento aos padrões de governança corporativa definidos na Resolução CMN 3.792/09, ou pelo normativo que venha a substituí-la;
- VII. instauração de conselho fiscal permanente com mandato unificado de 1 (um) ano para os conselheiros;
- VIII. permissão de pleno acesso pelo comitê de investimento e pelo administrador aos relatórios anuais de auditoria independente;
- IX. existência, conforme disciplina a constar do estatuto social das Companhias Investidas e dos respectivos regimentos internos, de comitês de assessoramento;
- X. auditoria anual de suas demonstrações financeiras por auditor independente registrado na CVM;
- XI. não utilizar trabalho infantil ou escravo;
- XII. conduzir e realizar, em condições de mercado, conferindo tratamento idêntico ao usualmente dado às demais sociedades/empresários individuais de mercado, quaisquer operações comerciais e/ou financeiras, o mesmo se aplicando na celebração de quaisquer contratos com (i) sociedades de que a companhia e os acionistas controladores, individualmente ou em conjunto, detenham o controle acionário ou dele participem, direta ou indiretamente; (ii) sociedades coligadas da companhia, e (iii) quando e se aplicável, pessoas relacionadas aos acionistas controladores por vínculos de parentesco, tais como cônjuge e parentes por consanguinidade ou afinidade em linha direta ou colateral até 2º grau;

O FIP Investido, por meio do gestor e do comitê de investimento, deverá priorizar princípios básicos de responsabilidade social, ambiental e ética, em consonância com os PRI, conforme segue:

- (i) a política de investimento do FIP Investido e os processos de análise e decisão de investimento devem observar as diretrizes relativas à proteção do meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- (ii) o FIP Investido deve buscar o nível de transparência adequado na Companhia Alvo quanto às questões relacionadas com o meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa; e
- (iii) o FIP Investido deve promover a aceitação e a implementação dos PRI na Companhia Alvo.

Além disso, o FIP Investido, por meio do gestor e do comitê de investimento, deverá observar no que se refere às práticas da Companhia Alvo e suas sociedades controladas, que não haja existência das seguintes atividades relacionadas a investimentos do fundo:

- (i) ilegais nos termos das leis ou regulamentos brasileiros ou convenções e acordos internacionais, inclusive nos termos de regulamentos brasileiros relativos aos aspectos ambientais, de saúde, segurança e trabalhistas;
- (ii) descumprimento de princípios trabalhistas e trabalho fundamentais;

- (iii) condições irregulares quanto ao pagamento de tributos e contribuições federais, estaduais ou municipais, quanto a obrigações relativas ao FGTS ou perante o Ministério do Trabalho e Emprego, ou que tenham sofrido qualquer sanção restritiva de direito, nos termos dos incisos I, II, IV e V artigo 20 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e de estar descumprindo embargo de atividade nos termos do artigo 11 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007; e
- (iv) é vedado o investimento em Companhias Alvo que guardem relação com atividades bélicas, fumo, e jogos de azar.

O FIP Investido prevê em seu regulamento a constituição de um comitê de investimentos, o qual será responsável por determinadas atribuições, conforme abaixo:

- (i) deliberar sobre a realização dos investimentos do FIP Investido em Companhias Alvo a partir da prospecção, identificação, conceituação, análise, avaliação e indicação de oportunidades de investimento nos setores alvo realizadas pelo gestor;
- (ii) supervisionar a performance do FIP Investido, analisando os relatórios transmitidos ao Comitê de Investimento pelo gestor acerca do desempenho das Companhias Alvo, considerando o desenvolvimento, investimentos realizados e estágio das obras de cada projeto que o FIP Investido participe; e
- (iii) deliberar sobre a realização dos desinvestimentos do FIP Investido, respeitadas as determinações do seu regulamento e da sua política de investimentos.

O comitê de investimento será composto por até 10 (dez) membros e seus respectivos suplentes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, que serão nomeados na primeira assembleia geral de cotistas, sendo certo que cada cotista que subscrever, no mínimo, R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões) individualmente, terá o direito de indicar 1 (um) membro titular e um membro suplente.

Forma, Prazo de Duração e Composição do Patrimônio do FIP Investido

O FIP Investido é constituído sob a forma de condomínio fechado e possui prazo de duração de 12 (doze) anos contados do encerramento do período de distribuição de suas cotas.

O patrimônio do FIP Investido será formado por uma única classe de cotas.

A atual política de investimento do FIP Investido, de acordo com o regulamento vigente nesta data, prevê que o FIP Investido deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio investido em títulos e valores mobiliários emitidos pelas Companhias Alvo que atendam, no momento do investimento pelo FIP Investido, aos requisitos previstos no seu regulamento.

Na execução da política de investimento do FIP Investido, o seu Administrador envidará os seus melhores esforços de forma que a parcela do patrimônio líquido do Fundo Investido alocada em Companhias Investidas atenda a seguinte política de diversificação:

- (i) o percentual de concentração em cada um dos setores alvo de até 60% (sessenta por cento);

(ii) o percentual de concentração em cada Companhia Investida de até 30% (trinta por cento).

Somente poderão ser alvo de investimento do FIP Investido companhias que sejam pessoas jurídicas com sede no Brasil.

Durante o período de investimento do FIP Investido poderá ocorrer concentração de até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em títulos e valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida.

É vedada ao FIP Investido a realização de operações com derivativos.

Os recursos não investidos na forma prevista acima deverão ser alocados nos seguintes ativos financeiros de renda fixa: (i) os títulos e certificados de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (ii) certificados de depósitos bancários (CDB) de emissão das cinco maiores instituições financeiras brasileiras; (iii) cotas de fundos de investimento administrados por uma das cinco maiores instituições financeiras brasileiras, com exceção daqueles fundos geridos pelo Administrador, e classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado”, de acordo com a Instrução CVM nº 409/04 e cuja política de investimento requeira que a carteira contenha, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido aplicado em certificados ou títulos públicos federais; e/ou (iv) operações compromissadas lastreadas nas obrigações ou títulos mencionados no inciso (i) acima, realizadas com uma das cinco maiores instituições financeiras brasileiras. Consideram-se as cinco maiores instituições financeiras brasileiras aquelas que, no momento da aquisição pelo FIP Investido dos títulos ou valores mobiliários, possuem o maior patrimônio de referência, assim definido nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01 de março de 2013.

Diretrizes e Estratégias do FIP Investido

Engloba os setores Rodoviário, Ferroviário, Portuário, Aeroportuário e setores complementares a estes (“Setores Alvo”). Os projetos alvo contemplam aqueles que estão no Programa Nacional de Investimentos em Logística (“PIL”) e os investimentos serão realizados por meio de operações de mezanino e/ou equity.

A participação do FIP Investido nas Companhias Investidas será minoritária, sempre com direito a veto e proteção dos seus interesses. Poderão, ainda, ocorrer parcerias através do direito de co-investimento para os cotistas, parcerias com operadores que vencerem leilões de concessões, desenvolvimento de projetos privados, dentre outros.

Por fim, os cenários de saída dependerão do fluxo dos projetos quando a participação ocorrer por meio de operações mezanino ou, quando por meio de equity, a saída se dará mediante venda dos ativos, swap rights, IPO ou alguma outra forma.

Dentre os Setores Alvos, o FIP Investido buscará as seguintes estratégias:

Ferrovias, Rodovias e Portos¹

¹ Disponível em:

<http://www.epl.gov.br> > Programa de Investimentos em Logística – PIL > Programa de Investimento em Ferrovias;
<http://www.epl.gov.br> > Programa de Investimentos em Logística – PIL > Programa de Investimento em Rodovias;
<http://www.epl.gov.br> > Programa de Investimentos em Logística – PIL > Programa de Investimento em Portos;

A estratégia de investimento nos setores engloba terminais multimodais, operações de *built-to-suit* e *sale and leaseback*, silos, operadores logísticos, dentre outras possibilidades, num plano de concessão de 11.000 km de ferrovias, concessão de 7.000 km e duplicação de 3.900 km de rodovias e, no setor de portos, o desenvolvimento de terminais de uso público e privado nas regiões norte, nordeste, sul e sudeste do Brasil.

Aeroportos²

No setor de aeroportos a estratégia se concentrará em terminais multimodais e operadores de carga de alto valor agregado, tais como Manaus e Viracopos, bem como poderá atuar na concessão de aeroportos.

Programa Nacional de Desenvolvimento em Logística – PIL

Ferrovias

Serão concedidos 14 trechos ferroviários, com investimentos que totalizarão R\$ 99,6 bilhões numa malha superior a 11.000 km.

O critério de seleção do concessionário será baseado na menor tarifa, sendo que o concessionário irá construir, manter e operar a ferrovia.

Características Gerais			Investimento
Trecho	Estados	Extensão (km)	CAPEX
Açailândia-Vila do Conde	MA/PA	457	R\$ 2.890.000.000,00
Porto Nacional-Estrela D'Oeste	TO/GO/MG/SP	1.537	R\$ 727.404.114
Anápolis-Corinto	GO/MG	775	R\$ 4.820.000.000,00
Belo Horizonte-Guanambi	MG/BA	845	R\$ 5.940.000.000,00
Sinop-Miritituba	MT/PA	990	A DEFINIR
Sapezal-Porto Velho	MT/RO	950	A DEFINIR
Estrela D'Oeste-Dourados	SP/MS	660	R\$ 3.820.000.000,00
Corinto-Campos	MG/RJ	648	A DEFINIR
Engenheiro Bley-Paranaguá	PR	150	R\$ 2.690.000.000,00
Salvador-Recife	BA/PE	893	R\$ 8.690.000.000,00
Lucas do Rio Verde-Campinorte	MT/GO	884	R\$ 6.350.000.000,00
São Paulo (Ferroanel)	SP	A DEFINIR	A DEFINIR
Vila Velha-Rio de Janeiro	ES/RJ	551	R\$ 3.490.000.000,00
Mairinque-Rio Grande	SP/PR/SC/RS	1.667	A DEFINIR

Disponível no site: <http://www.logisticabrasil.gov.br> > Investa em Logística > Concessões Ferroviárias.
Informações obtidas em consulta realizada em 12/11/2014 as 18h55

² Disponível em:
<http://www.logisticabrasil.gov.br> > aeroportos

Rodovias

Previstas as concessões de trechos rodoviários em diversos estados, totalizando um volume estimado de investimentos de R\$ 46 bilhões investidos em 7.000 km de rodovias. Desse montante, a principal concentração de investimentos deverá ocorrer nos 5 primeiros anos, demandando um aporte de R\$ 25 bilhões

O ganhador do concessão deverá expandir, manter e operar a rodovia, tendo como foco a duplicação dos principais eixos rodoviários.

O critério de seleção do concessionário será baseado na modicidade tarifária.



Rodovias	Características	CAPEX ESTIMADO (R\$)
Rodovia BR-050 (GO/MG)	<i>Interliga Brasília, o estado de São Paulo e a região sul do Brasil. É considerada uma das rodovias mais movimentadas do país. Passa pelo Triângulo Mineiro, uma das regiões mais ricas do estado de Minas Gerais e que possui economia voltada para os serviços de logística e distribuição, além de ser importante polo agropecuário e atacadista.</i>	R\$ 2,9 bilhões
BR-060 (DF/GO), BR-153 (GO/MG) e BR 262 (MG)	<i>Conecta Brasília, Goiânia, Uberaba e Belo Horizonte, atravessando o Triângulo Mineiro.</i>	R\$ 8,9 bilhões
BR-163 (MT)	<i>Interliga Sinop (Cuiabá), Campo Grande e as regiões Norte/Sudeste/Sul, sendo uma das principais rodovias para escoamento da produção agropecuária do centro oeste para o restante do país.</i>	R\$ 6,2 bilhões
BR-163: da Divisa MT/MS até a Divisa MS/PR	<i>Promove a interligação entre Cuiabá, Campo Grande e as regiões Sudeste/Sul, sendo alternativa para o escoamento da produção agropecuária brasileira.</i>	R\$ 11,2 bilhões
BR-040: Brasília (DF) – Juiz de Fora (MG)	<i>Liga o estado do Rio de Janeiro às cidades de Belo Horizonte e Brasília, sendo a quarta e a sexta maiores cidades do país, respectivamente, com destaque para a capital federal que detém o maior PIB per capita entre as capitais brasileiras. É a principal rota para escoamento da produção de carvão e placas de aço do Brasil.</i>	R\$ 5,1 bilhões
BR-153 (GO/TO) e TO-080	<i>Interliga Palmas, Goiânia e o sudeste do país, atravessando importante polo agropecuário brasileiro. Como Palmas é geograficamente o centro do país, possui potencial para se tornar um importante distribuidor. A BR-153 é a principal rodovia para chegar à Manaus, sendo fundamental para o acesso à Zona Franca de Manaus (importante polo de produção de eletrônicos).</i>	R\$ 6,7 bilhões

Rodovias	Características	CAPEX ESTIMADO (R\$)
BR-101: da Entrada da BR-324 (BA) até a Entrada da BA-698 (Mucuri)	<i>Conhecida como “Translitorânea” a BR-101 conecta as regiões Nordeste, Sudeste e Sul pelo litoral, onde está concentrada parcela significativa da população. Como passa por quase toda a extensão da costa brasileira, conecta importantes cidades e zonas industriais aos portos brasileiros.</i>	R\$ 5 bilhões
BR-262 (ES/MG)	<i>O estado de Minas Gerais detém o 3º maior PIB e a terceira maior população do Brasil. Esta rodovia dá acesso aos portos do estado do Espírito Santo, o principal acesso para as importações e exportações dos mineiros, constituindo uma importante alternativa para o escoamento da produção mineral e agrícola do estado de Minas Gerais.</i>	R\$ 2,1 bilhões
BR-116: da Divisa BA-MG (Divisa Alegre) até a Divisa MG/RJ (Além Paraíba)	<i>Promove a interligação entre dois importantes centros econômicos brasileiros – Rio de Janeiro e Salvador - atravessando o leste do estado de Minas Gerais.</i>	R\$ 3,75 bilhões

Rodovias	Características	CAPEX ESTIMADO (R\$)
BR 101 - Ponte Rio Niterói	<i>O projeto apresenta uma extensão total de 13,2 km, compreendendo a BR-101/RJ, trecho de acesso à ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (linha Vermelha).</i>	Em estudo
BR 364 (GO/MG)	<i>O projeto apresenta uma extensão total de 439,2 km, compreendendo a rodovia BR-364/GO/MG, no trecho entre o entroncamento com a BR-060 (Jataí) até o entroncamento com a BR-153/262 (Comendador Gomes).</i>	Em estudo
BR 163/230 (MT/PA)	<i>O projeto apresenta uma extensão total de 976,0 km, compreendendo as seguintes rodovias: BR-163/MT/PA, do entroncamento com a MT-220 até o entroncamento com a BR-230; BR-230/PA, do entroncamento com a BR-163 (Campo Verde) até Miritituba.</i>	Em estudo
BR 364/060 (MT/GO)	<i>O projeto apresenta uma extensão total de 703,7 km, compreendendo as seguintes rodovias: BR-364, no entroncamento com a BR-163 (Rondonópolis) até o entroncamento com a BR-060 (Jataí); BR-060,</i>	Em estudo


	do entroncamento com a BR-364 (Jataí) até Goiânia.	
BR 476/153/282/480 (PR/SC)	<i>O projeto apresenta uma extensão total de 493,3 km, compreendendo as seguintes rodovias: BR-476/PR, no trecho entre Lapa e União da Vitória; BR-153/PR/SC, no trecho entre União da Vitória e a divisa SC/RS; BR-282/SC, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; BR-480/SC, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó.</i>	Em estudo

Disponível em <http://www.logisticabrasil.gov.br> > Investida em Logística > Concessões rodoviárias

Portos

Estão previstas as concessões de diversos terminais portuários nas regiões sul, sudeste, norte e nordeste do Brasil.

Os investimentos estimados totalizam R\$ 61 bilhões visando a ampliação, modernização da infraestrutura e gestão do setor, dos quais cerca de R\$ 6,4 bilhões deverão ser destinados para melhoria dos acessos aquaviários e terrestres.

	Norte	CAPEX R\$ 5,7 bilhões	Período 2014-2015 2016-2014	Investimento R\$ 4,3 bilhões R\$ 1,6 bilhão	Ativos Belém, Miramar, Outeiro, Santarém, Vila do conde, Itacoatiara, Macapá e Porto Velho
	Nordeste	CAPEX R\$ 11,9 bilhões	Período 2014-2015 2016-2014	Investimento R\$ 6,8 bilhões R\$ 5,2 bilhões	Ativos Itaqui, Aratu, Salvador, Porto Sul, Ilhéus, Recife, Suape, Pecem, Cabedelo e Maceió
	Sudeste	CAPEX R\$ 28,7 bilhões	Período 2014-2015 2016-2014	Investimento R\$ 16,4 bilhões R\$ 12,3 bilhões	Ativos Vitória, Itaguaí, Rio de Janeiro, Santos e São Sebastião
	Sul	CAPEX R\$ 7,6 bilhões	Período 2014-2015 2016-2014	Investimento R\$ 3,3 bilhões R\$ 4,2 bilhões	Ativos Paranaguá, Antonina, Imbituba, Itajaí, S. Francisco do Sul, Porto Alegre e Rio Grande

Disponível em: <http://www.logisticabrasil.gov.br> > Investida em Logística > Portos

Aeroportos

O aumento da demanda por assentos verificado no Brasil desde 2003, não foi acompanhado dos investimentos necessários na ampliação da infraestrutura dos aeroportos e atualmente os aeroportos operam no limite de suas capacidades.

Visando suprir esse gargalo foram concedidos à iniciativa privada 5 grandes aeroportos entre 2012 e 2013. No âmbito do PIL, em 2013 houve a concessão dos aeroportos do Galeão e Confins localizados no Rio de Janeiro/RJ e Confins/MG respectivamente. O modelo de concessão permite ao concessionário receber, além das receitas tarifárias, receitas decorrentes da exploração do espaço físico dos aeroportos, seja por meio da locação de lojas, implantação de restaurantes ou tarifas decorrentes da exploração do estacionamento.

Aeroporto	Estado	Prazo da Concessão	CAPEX (R\$)	Perfil
Galeão	RJ	25 anos	R\$ 5,7 bilhões	Distante 13 km do centro do Rio de Janeiro, a cidade mais visitada de todo o Hemisfério Sul, o Galeão é o 2º aeroporto mais movimentado do país, tendo registrado 17,1 milhões de passageiros em 2013.
Confins	MG	30 anos	R\$ 3,5 bilhões	O aeroporto que serve a região metropolitana de Belo Horizonte, é o 3º mais movimentado do país e opera atualmente no limite da sua capacidade.

Disponível em: <http://www.logisticabrasil.gov.br> > Investa em Logística > Aeroportos

Panorama do Setor de Transportes

As oportunidades de investimento no segmento de logística estão ligadas aos gargalos existentes no setor que não atendem adequadamente à demanda atual resultante do crescimento da economia observado nos últimos anos. A fim de oferecer uma resposta à sociedade para a solução de tais problemas, o programa de concessões representa uma oportunidade para que os investidores privados participem da construção/ampliação de negócios do setor de forma a ampliar as estruturas de transporte com vistas ao escoamento da produção agrícola/industrial brasileira.

Nesse sentido, o lançamento do Programa de Investimento em Logística em 2012 contribuiu para o mapeamento dos eixos de desenvolvimento para o setor e com a indicação dos projetos eleitos como prioritários por todo o país.

A ampliação dos incentivos como ampliação dos prazos de concessão, dos prazos de financiamento com a redução das taxas por meio dos bancos públicos também são um indicativo da relevância desta agenda para o país.






PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA ³	
	Valor (R\$)
Rodovias	46.000.000.000
Ferrovias	99.600.000.000
Portos	61.000.000.000
Aeroportos	9.200.000.000
Total	215.800.000.000

BRASIL ⁴			
Regiões	Nº de Obras	Valor de Investimento (R\$)	%
Norte	115	11.375.681.095	3,3%
Nordeste	344	56.501.812.691	16,5%
Centro-Oeste	100	12.398.942.888	3,6%
Sudeste	357	209.615.787.681	61,1%
Sul	177	38.147.175.755	11,1%
+ de um Estado	43	14.922.565.570	4,4%
Total	1.136	342.961.965.679	100,0%

³ Elaboração CAIXA - Disponível em <http://www.logisticabrasil.gov.br> > Investa em Logística

⁴ Elaboração CAIXA - Disponível em <http://www.revistavalor.com.br> > Setoriais > Infraestrutura > Junho 2013

A demanda por infraestrutura no país cresce a cada dia. Como o passar dos anos, houve um aumento exponencial da necessidade, não ocorrendo o acompanhamento dos investimentos no setor, como verifica-se abaixo:

		2002	2013	Crescimento
	Tráfego Aéreo milhões de passageiros/ano	35,9	111,2	↑ 209,7%
	Tráfego nas Rodovias milhões de veículos por km/ano	56,5	112	↑ 98,2%
	Vendas de Veículos milhões de unidades/ano	1,5	3,8	↑ 153,5%
	Ferrovias receitas em US\$ bilhões/ano	168,0	298*	↑ 77,4%
	Comércio nos Portos milhões de toneladas/ano	570,8	904*	↑ 58,4%
	Safra de Grãos milhões de toneladas/ano	119,1	186,9	↑ 56,9%
	Corrente de Comércio US\$ milhões/ano	107,7	481,8	↑ 347,4%

Disponível em <http://www.fazenda.gov.br> > Apresentações > 2014 > Investimentos em Infraestrutura e Crescimento Econômico Brasileiro – Comissão de Infraestrutura do Senado Federal

Investimentos realizados e estimados com concessões recentes (2011-2014)		
Setores	Já Realizado (R\$ bilhões)	Realizado mais projeções para 2014 (R\$ bilhões)
 Energia (Geração e Transmissão)  Petróleo e Gás  Rodovias  Ferrovias  Aeroportos  Mobilidade Urbana  Telecom  Portos (TUPs e Estações de Transbordo de Cargas)	153	265

Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br> > Apresentações > 2014 > Investimentos em Infraestrutura e Crescimento Econômico Brasileiro – Comissão de Infraestrutura do Senado Federal

Riscos associados ao investimento no FIP Investido

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo FIP Investido os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações deste fundo, conforme descritos abaixo, e constante no regulamento do fundo, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no FIP Investido serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Riscos de Não Realização do Investimento

A política de investimento do FIP Investido, acima descrita, estabelece que o fundo está sendo constituído para obter rendimentos de longo prazo, principalmente por meio de investimentos em valores mobiliários de companhias em crescimento no Brasil. Os investimentos podem ser realizados sob a forma de participações minoritárias, que garantam influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Investida, aquisição de controle, joint ventures, build-ups (criação de ações) e recapitalizações, dentre outros. Não há garantias de que haverá quantidade suficiente de oportunidades de investimento para possibilitar ao fundo investir todo seu capital comprometido em oportunidades que satisfaçam os objetivos do fundo, nem de que tais oportunidades de investimento levarão à realização dos investimentos pelo fundo. A identificação de oportunidades de negócios atrativas é difícil e envolve um grande grau de incerteza. O FIP Investido competirá pela aquisição dos investimentos com muitos outros investidores, alguns dos quais dispendo de mais recursos do que o fundo. Tais concorrentes podem incluir outros fundos de investimentos, bem como pessoas físicas, instituições financeiras e outros investidores institucionais. Outros fundos com objetivos de investimento similares podem ser constituídos no futuro por outras partes não relacionadas. Além disso, a disponibilidade de oportunidades de investimento normalmente estará sujeita às condições de mercado, bem como, em alguns casos, ao clima político e regulatório vigente.

Não se pode garantir que todos os cotistas cumprirão suas obrigações de integralizar as cotas de acordo com cada um de seus respectivos compromissos de investimento. Se um cotista deixar de efetuar tais pagamentos quando devidos, e os pagamentos feitos pelos cotistas não inadimplentes forem insuficientes para cobrir os pagamentos não efetuados, o FIP Investido poderá não conseguir realizar o investimento para o qual tais pagamentos foram convocados.

Risco de Liquidez

Poderá não haver ou haver um reduzido mercado comprador para os valores mobiliários detidos pelo FIP Investido, conseqüentemente, o fundo poderá não conseguir alienar um investimento quando desejar fazê-lo. Alguns dos valores mobiliários adquiridos pelo FIP investido poderão ter sido emitidos por meio de operações de colocação privada e estar sujeitos a restrições legais e contratuais quanto à sua alienação pelo fundo. Em alguns casos, a venda dos valores mobiliários detidos pelo fundo poderá requerer negociações demoradas. Caso o fundo precise vender tais valores mobiliários (i) poderá não haver mercado comprador de tais valores mobiliários, (ii) a definição do preço de tais valores mobiliários, poderá não resultar em um preço compatível com as expectativas do fundo ou de um cotista, ou (iii) o preço de venda de tais valores mobiliários poderá resultar em perdas para o fundo ou, conforme o caso, para o cotista.

O FIP Investido é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o cotista consiga alienar suas cotas pelo preço e no momento desejados. As cotas não podem ser cedidas nem transferidas por qualquer cotista sem o consentimento dos cotistas. Além disso, os cotistas não poderão resgatar suas cotas, salvo no caso de liquidação do fundo. Assim sendo, as cotas constituem investimentos sem liquidez e somente devem ser adquiridas por pessoas que tenham capacidade de suportar o risco de tal investimento por prazo indeterminado.

Riscos relacionados às Companhias Investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do FIP Investido é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O FIP Investido pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas de cada uma das Companhias Investidas. Embora tal participação em algumas circunstâncias possa ser importante para a estratégia de investimento do fundo e possa aumentar a capacidade do fundo de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o fundo a reivindicações a que o mesmo não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso alguma das Companhias Investidas tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao fundo, impactando o valor das cotas, podendo, inclusive, gerar patrimônio líquido negativo, podendo sujeitar os cotistas a realizarem aportes adicionais de recursos no fundo.

Os investimentos do fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida, e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do fundo e das cotas.

O fundo poderá investir em companhias que atuam em setores regulamentados. As operações de tais companhias estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas Companhias Investidas. Dessa forma, a criação de

regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho das Companhias Investidas.

Investimentos em Companhias Investidas envolvem riscos relacionados aos setores em que as Companhias Investidas atuam. Não há garantia quanto ao desempenho de quaisquer desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o fundo e os seus cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Riscos de Mercado em Geral

As condições econômicas em geral, as taxas de juros e a disponibilidade de fontes alternativas de financiamento podem afetar os resultados do fundo, inclusive o valor dos valores mobiliários que o fundo detém e sua capacidade de vendê-los com lucro. O desempenho das Companhias Alvo ou Companhias Investidas pode ser afetado de forma adversa por mudanças nas políticas do governo, tributação, preços de “comodities”, legislações diversas, condições econômicas e de preços em geral, tanto no Brasil quanto no exterior.

Risco de Crédito

Os ativos de uma Companhia Investida podem estar sujeitos a ônus e/ou outros direitos reais de garantia decorrentes das atividades financeiras de tal Companhia Investida. Mudanças na situação financeira de tal Companhia Investida e/ou na percepção dos beneficiários de tais ônus ou outros direitos reais de garantia sobre tal situação, bem como mudanças na situação econômica e política podem afetar a capacidade dessa Companhia Investida de satisfazer as obrigações incorridas com relação a tais atividades de financiamento, e isso poderá causar impactos significativos nos preços e na liquidez de tal Companhia Investida.

A parcela do patrimônio do fundo não aplicada na Companhia Investida poderá ser aplicada em quaisquer dos ativos definidos no regulamento do FIP Investido. Tais ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o fundo teria que suportar tais prejuízos, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das cotas.

Risco de Distribuição

Não se pode garantir que as operações do fundo serão rentáveis, que o fundo conseguirá evitar perdas, nem que os lucros resultantes de seus investimentos estarão disponíveis para distribuição aos cotistas. O FIP Investido não terá outra fonte de recursos com a qual possa realizar distribuições aos cotistas além do lucro e dos ganhos auferidos com os seus investimentos e respectivos rendimentos.

Risco de Descontinuidade

O regulamento do FIP Investido estabelece algumas hipóteses em que a assembleia geral de cotistas poderá optar pela liquidação antecipada do fundo. Nessas situações, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que esperavam investir no fundo ou receber a mesma remuneração que esperavam ser proporcionada pelo fundo. O fundo e seu administrador não serão obrigados a pagar qualquer multa ou penalidade a qualquer cotista, a qualquer título, em decorrência da liquidação do fundo.

Risco de Derivativos

Caso venha a ser permitido a alocação em determinados investimentos, o FIP Investido, indiretamente, poderá utilizar técnicas de hedge, mecanismos de proteção destinados a reduzir os riscos de movimentos negativos nas taxas de juros, preços de valores mobiliários e taxas cambiais. Embora possam reduzir determinados riscos, essas operações por si só podem gerar outros riscos.

Riscos relacionados a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios

O FIP Investido está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, podem impactar significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo.

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as cotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Companhias Investidas e, por conseguinte, os resultados do fundo e a rentabilidade dos cotistas.

Risco de Responsabilidade Ilimitada e de Patrimônio Líquido Negativo

O FIP Investido é uma comunhão de ativos organizados sob a forma de um condomínio e, portanto, as obrigações do fundo que não forem devidamente satisfeitas com os ativos do fundo podem ter que ser suportadas pelos cotistas. Dessa forma, caso o fundo não seja capaz de arcar com a totalidade de suas obrigações com base em seu patrimônio líquido, os cotistas podem vir a ser chamados a aportar recursos adicionais no fundo para pagamento de tais obrigações.

Outros Riscos Exógenos ao Controle do Administrador

Parágrafo Vinte - O FIP Investido também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros em geral, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do fundo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do fundo e o valor de suas cotas.

Intervenção ou liquidação do Custodiante

O FIP Investido terá conta corrente no custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Novos tributos e outros

Criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes sujeitam os fundos de investimento em participações ou seus cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

Risco de Inexistência de rendimento predeterminado

O valor unitário das cotas do FIP Investido será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos em seu regulamento. Tal atualização não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do administrador.

Ausência de Garantia

As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia de seus administrador, de seu custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos cotistas.

Maior influência do cotista majoritário nas decisões do Fundo

O regulamento do FIP Investido não estabelece limite à propriedade de cotas emitidas pelo fundo por um único investidor. Cada cota confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações tomadas pela assembleia geral de cotistas. Assim, dependendo do número de cotas detidas, poderá existir cotista que terá mais capacidade de influenciar as decisões da assembleia geral de cotistas do que os demais. Nesta hipótese, há possibilidade de que deliberações sejam tomadas pelo cotista majoritário em função de seus interesses exclusivos em prejuízo do fundo e/ou dos cotistas minoritários.

Risco em relação aos clientes das Companhias Investidas

Os usuários podem reagir negativamente à cobrança de pedágio e tarifas, assim como aos seus reajustes periódicos. A prática de operação de rodovias, ferrovias e aeroportos por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Desde a implementação dos programas de concessão, a cobrança de tarifas por utilização dos serviços de transportes tem aumentado. Em decorrência da disseminação da cobrança de pedágios, houve um aumento nas reações negativas por parte dos usuários de rodovias, que envolveram, inclusive, bloqueio de estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários do pagamento de pedágio. Esses protestos podem se estender a outros setores investidos pelos FIP Investido e afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio, assim como podem reduzir a receita dispersando a demanda prevista. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros das Companhias Investidas.

As Companhias Investidas estão expostas aos riscos relacionados ao volume de tráfego ou utilização. Em alguns casos, mais de 90% da receita bruta decorre das tarifas regulamentadas pelo poder concedente, cujo volume é diretamente dependente de tráfego ou de níveis de utilização. Diversos fatores poderiam causar a redução do tráfego ou do uso dos serviços prestados pelas Companhias Investidas, dentre os quais: redução da atividade econômica, aumento da inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou das tarifas cobradas e a criação de novas opções de transportes. Não é possível garantir que a Companhia Investida será capaz de adaptar as suas operações no caso de alterações abruptas no volume de receita advinda da cobrança de tarifas, o que pode afetar negativamente os seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco em relação ao setor de atuação da Companhia Investida

Os contratos de concessão estabelecem um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o que possibilita que o poder concedente e o concessionário busquem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevisíveis na época da assinatura do contrato de concessão. O procedimento para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do poder concedente, de forma que a Companhia Investida não pode garantir que este equilíbrio seja reestabelecido.

As Companhias Investidas podem atuar em ambientes altamente regulados e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais. O poder concedente possui, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às concessões, fazendo com que a Companhia Investida tenha que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas. A Companhia Investida não pode assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medida tais ações poderão afetar seus resultados. Caso a Companhia Investida seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO COORDENADOR LÍDER

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o Administrador declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta;
- (ii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos fatores de risco relacionados ao Fundo, bem como quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) as informações relativas ao Fundo e à Oferta prestadas por ocasião do registro junto à CVM e fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, conforme declaração anexa a este Prospecto.

Declaração do Coordenador Líder

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder, na qualidade de instituição contratada pelo Administrador para ser responsável pela Oferta, declara que

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e da Política de Investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, sendo suficientes para tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto.

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

3. FATORES DE RISCO

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo do Fundo, política de investimento do Fundo e composição da Carteira de Investimentos e aos fatores de risco descritos a seguir.

Além dos fatores de risco descritos nesta seção, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos aos riscos aos quais os investimentos do FIP Investido estão sujeitos, sendo que os investimentos do FIP Investido estão sujeitos, inclusive, mas não se limitando, a riscos decorrentes de variações de mercado, riscos inerentes aos emissores dos títulos, valores mobiliários e outros ativos integrantes das respectivas carteiras de investimentos e riscos de crédito de modo geral.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda parcial ou total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Riscos Associados ao Brasil e a Fatores Macroeconômicos

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos, a Política Governamental e Reformas Legislativas

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica e/ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira de Investimentos, e/ou (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas. Adicionalmente, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas podem estar associadas a ações para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária, podem estar associadas a alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, podem impactar significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente, ainda que legitimamente exercidas, poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados do Fundo e a conseqüente distribuição de rendimentos aos Cotistas do Fundo. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento significativo das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o BACEN, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Riscos de Acontecimentos e Percepção de Risco em Outros Países

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Companhias Investidas e o FIP Investido e, por conseguinte, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Cotistas.

Riscos de alterações da legislação tributária

Os governos regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários. Os efeitos dessas medidas fiscais e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de mudanças nas regras fiscais vigentes não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar as Companhias Investidas, os outros ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e da Carteira de Investimentos, o FIP Investido, o Fundo e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis às Companhias Investidas, aos outros ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e da Carteira de Investimentos, ao FIP Investido, ao Fundo e/ou aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do FIP Investido e/ou do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade dos Cotistas. Adicionalmente a Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos administrativos competentes poderão realizar modificações na regulamentação das obrigações tributárias e acessórias, que poderá afetar a rentabilidade dos Cotistas, os resultados do Fundo, do Fundo Investido e das Companhias Investidas.

Riscos Relacionados ao Fundo e às Cotas

Risco de Liquidez

A redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e/ou da Carteira de Investimentos nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados poderá causar a baixa liquidez de referidos títulos. Em virtude de tais riscos, o FIP Investido e/ou o Fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FIP Investido e para o Fundo, os quais permanecerão expostos, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o FIP Investido e/ou o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos Cotistas do Fundo, nos termos do Regulamento.

Risco de Crédito

O risco de inadimplimento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FIP Investido e/ou do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõe a carteira de investimentos do FIP Investido e a Carteira de Investimentos.

Risco de Mercado

Flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FIP Investido e do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais, podem ocasionar riscos ao Fundo. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas do FIP Investido e das Cotas e perdas aos Cotistas.

Risco de Concentração

O Fundo aplicará, no mínimo, 90% (noventa por cento) do seu patrimônio em cotas do FIP Investido, o qual, por sua vez, poderá adquirir títulos e valores mobiliários emitidos por um número restrito de Companhias Investidas. O disposto neste item implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em cotas do FIP Investido e, indiretamente, em títulos e valores mobiliários emitidos por um número restrito de Companhias Investidas.

Riscos de Não Realização dos Investimentos por Parte do FIP Investido e/ou do Fundo

Os investimentos do FIP Investido e, portanto, os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista e não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FIP Investido e pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo a não realização destes investimentos.

Risco de Resgate das Cotas do Fundo em cotas do FIP Investido e/ou em Títulos e/ou Valores Mobiliários das Companhias Investidas

Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas, as quais são semelhantes às hipóteses de liquidação do FIP Investido. Se alguma dessas situações se verificar, há a possibilidade de que as Cotas venham a ser resgatadas em cotas do FIP Investido e/ou em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar as cotas do FIP Investido ou referidos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas que venham a ser recebidos do Fundo.

Risco Relacionado ao Resgate e à Liquidez das Cotas do Fundo

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Cotas a qualquer momento. A Amortização das Cotas será realizada na medida em que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos compromissos de investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.

Riscos relacionados ao FIP Investido e às Companhias Investidas

Embora o FIP Investido tenha sempre participação no processo decisório das Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas ou (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados do FIP Investido e, portanto, da Carteira de Investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do gestor e administrador do FIP Investido, os pagamentos relativos aos títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos aos respectivos setores em que atuem tais companhias. Não há garantia quanto ao desempenho desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe ao mesmo tempo o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho do seu setor de atuação, não há garantia de que o FIP Investido, o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos do FIP Investido poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas nos regulamentos do FIP Investido, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o FIP Investido quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados dessas companhias e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor das Cotas do Fundo. O FIP Investido poderá investir em companhias que atuam em setores regulamentados. As operações de tais companhias estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas companhias. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho das Companhias Investidas e do Fundo, podendo acarretar perdas aos Cotistas.

Risco relativo ao Setor Alvo das Companhias Investidas

Os contratos de concessão estabelecem um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o que possibilita que o poder concedente e o concessionário busquem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevisíveis na época da assinatura do contrato de concessão. O procedimento para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do poder concedente, de forma que as Companhias Investidas não podem garantir que este equilíbrio seja reestabelecido. As Companhias Investidas podem atuar em ambientes altamente regulados e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais. O poder concedente possui, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às concessões, fazendo com que as Companhias Investidas tenham que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas. As Companhias Investidas não podem assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medida tais ações poderão afetar seus resultados. Caso a Companhia Investida seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados poderão ser adversamente afetados. As operações praticadas pelas Companhias Alvo estão sujeitas a todo e qualquer evento ou medidas não consideradas nos estudos ambientais prévios que, direta ou indiretamente, resultem em impacto ao meio ambiente ou ao projeto, como: proibições, atrasos e suspensões, com surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas nas fases iniciais de licenciamento. Há riscos decorrentes de ocorrências geológicas não detectadas nos estudos preliminares que encareçam ou inviabilizem as escavações, a instalação de equipamentos ou mesmo o início da execução das obras. As Companhias Investidas estão sujeitas a qualquer tipo de atraso que afete o prazo da conclusão dos projetos, estando relacionados aos custos de implantação das obras, cumprimento dos cronogramas físicos, falência ou pedido de recuperação de construtores ou fornecedores, atrasos no fornecimento de materiais, aumento no custo de matérias-primas.

Riscos relativos aos setores de aplicação do FIP Investido – Infraestrutura de Transportes

Setor Ferroviário

O setor é altamente dependente das cadeias de commodities agrícolas e do segmento extrativo mineral. Assim, qualquer mudança econômica e climática que afete esses produtos podem resultar em impactos na utilização das ferrovias e, por sua vez, nos resultados das companhias do setor. Como o Brasil não é um fabricante de trilhos, projetos de expansão ou construção de malhas férreas são altamente dependentes das importações, assim alterações no câmbio ou política externa do Brasil podem prejudicar os resultados e planos de investimento das empresas do setor. Por ser um setor regulado alterações nas regras de concessão e/ou exploração das linhas férreas poderão resultar em mudanças não esperadas que impactem os resultados financeiros e operacionais das companhias.

Setor Portuário

O Setor Portuário é dependente da pauta de exportações brasileira, concentrada em produtos primários sobretudo commodities agrícolas e do segmento extrativo mineral. Alterações climáticas que resultem em um menor nível de produção agrícola ou que prejudiquem a extração e/ou o transporte de minérios podem resultar na redução do nível de atividade do setor e comprometer os resultados estimados à época da realização dos investimentos. Além disso, o setor de portos é altamente regulado e as companhias necessitam de Concessão/Autorização Pública para operarem de acordo com as regras estabelecidas por meio de legislação específica. Deste modo, alterações que não podem ser previstas na regulamentação do setor podem alterar as regras de atuação das empresas e impactar os seus resultados.

Setor Aeroportuário

O Setor Aeroportuário atua em um ambiente altamente regulado, necessitando de Concessão/Autorização Públicas para operação dos terminais aeroportuários. As operações do setor aeronáutico em geral são sensíveis à mudanças nas condições macroeconômicas tanto nacional quanto internacional, tais como mudanças nos níveis de emprego e renda, restrições no mercado de crédito, que poderão resultar numa redução da demanda por voos e impactar os resultados do setor. Um dos principais custos do setor é o combustível, de modo que oscilações no preço de petróleo podem reduzir os ganhos setoriais ou obrigar as companhias a repassarem os custos para o consumidor, o que poderá provocar redução da demanda. Alterações na legislação a que estão submetidas as companhias do setor poderão interferir nos seus resultados estimados, conforme exposto neste capítulo.

Terminais Logísticos

Os terminais logísticos podem estar expostos a riscos relacionados à concentração de receita em poucos clientes com altos volumes de carga para movimentação e/ou armazenagem. Tais clientes podem ser grandes processadores de alimentos que firmam contratos atípicos de prazos alongados a fim de garantir o espaço para seu uso ao longo do tempo. A existência de contratos de prazos curtos podem resultar na subutilização dos espaços por períodos de tempo indeterminados até que eles possam ser locados novamente a um novo usuário. O setor costuma operar com terminais mono-usuários nos quais a totalidade das receitas está atrelada a um único contrato ou com terminais multi-usuários nos quais há diversos locatários, o que contribui para mitigar os riscos de concentração da receita em poucos usuários. Ciclos de baixo crescimento econômico podem resultar na diminuição da demanda com possível renegociação dos preços dos contratos ou ainda com incrementos nas taxas de vacância.

Setor Rodoviário

Oscilações macroeconômicas podem impactar diretamente a movimentação de veículos nas rodovias em virtude de elevações substanciais nos preços dos combustíveis ou redução da atividade econômica, com o consequente impacto sobre os resultados das companhias concessionárias. Alterações climáticas podem comprometer a produção agrícola das regiões onde estão localizadas as rodovias concedidas o que poderá reduzir o fluxo de veículos nas estradas pedagiadas e reduzir a sua receita. A concessão de outros modais de transporte nas regiões onde estão localizadas as rodovias concedidas poderão

provocar uma migração da demanda das estradas para rotas alternativas nas ferrovias ou o hidrovias reduzindo a movimentação nas rodovias concedidas.

Riscos Políticos

Os riscos políticos, quando ligados aos projetos de infraestrutura, têm sua percepção relacionada ao “risco-país” e decorrem da política econômica vigente na época do exame das oportunidades de investimento relacionadas a cada setor. De certo modo, afetam de forma semelhante todos os novos investimentos, embora variem em função dos prazos e das taxas esperadas para o retorno do capital investido, em cada setor, ou das expectativas quanto à sua mudança. Em concessões federais, usualmente os riscos políticos são percebidos no âmbito da política econômica governamental e têm sido relacionados sobretudo à expectativa do adequado cumprimento dos termos estabelecidos nos contratos de concessão.

Riscos Regulatórios

Estão ligados ao objetivo de garantir no tempo o retorno de recursos a acionistas e financiadores e conferir a credibilidade inicial necessária à tomada da decisão de investir, principalmente no tocante ao reajuste de contratos de concessão em alguns seguimentos.

Riscos de Implantação e de Fornecedores

Os setores que, em geral, apresentam risco de implantação estão usualmente associados a projetos de longo prazo de construção, são relacionados a novos investimentos e, quase sempre, demandam elevada soma de recursos. Entre eles, citamos a construção de novas rodovias e ferrovias. Esses mesmos setores podem ser associados a baixos riscos tecnológicos e de fornecedores.

Riscos Ambientais

Os projetos que apresentam maiores riscos ambientais são particularmente aqueles que caracterizam novos investimentos em transportes. Caso haja alguma irregularidade, os projetos são paralisados, o que pode envolver gastos significativos.

Riscos Relacionados à Amortização das Cotas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos às cotas do FIP Investido, as quais, por sua vez, terão seu valor relacionado aos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos aos valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas e ao retorno do investimento em tais Companhias Investidas mediante o seu desinvestimento. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Risco de Patrimônio Líquido Negativo

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do Capital Integralizado, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

Risco de Derivativos

Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações e não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas.

Risco de Avaliação de ativos

A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do FIP Investido e do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e demais operações estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do FIP Investido e do Fundo, podendo resultar em perdas aos Cotistas.

Risco da ausência de classificação de risco das Cotas

As Cotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de *rating*). Caberá aos potenciais investidores, antes de subscrever e integralizar as Cotas, analisar todos os riscos envolvidos na aquisição de Cotas, inclusive, mas não somente, aqueles aqui descritos.

Demais Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros em geral, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira de Investimentos, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Cotas. E ressaltamos que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Riscos Relacionados à Oferta

Distribuição Parcial

Existe a possibilidade de que, ao final do Prazo de Distribuição, não sejam subscritas todas as Cotas ofertadas pelo Fundo, o que, conseqüentemente, fará com que o Fundo detenha um patrimônio menor que o estimado. Tal fato pode ensejar uma redução nos planos de investimento do Fundo e, conseqüentemente, na expectativa de rentabilidade do Fundo.

Cancelamento da Oferta

A Oferta será cancelada e o Fundo não iniciará suas atividades caso não seja subscrita quantidade de Cotas suficiente para o atendimento do Montante Mínimo descrito neste Prospecto.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo das disposições constantes do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinada a adquirir cotas de fundos de investimento em participações e é regido pelo Regulamento, pela Instrução CVM 391 e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo terá Prazo de Duração de 12 (doze) anos, contados da data da primeira integralização de Cotas.

O Fundo não possui taxa de entrada ou de saída.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Subscrição

O Fundo é destinado exclusivamente à participação de Investidores Qualificados, assim classificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.

O Valor Mínimo de Subscrição inicial por cada Cotista no Fundo será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

Poderão, ainda, participar como Cotistas do Fundo o Administrador ou qualquer parte relacionada a estes.

Caso o investidor condicione sua subscrição à proporção das Cotas efetivamente colocadas até o término do Período de Distribuição, o pedido de subscrição poderá ser atendido em montante inferior ao Valor Mínimo de Subscrição.

4.3. Objetivo e Política de Investimento do Fundo

O Fundo buscará acompanhar a variação do IPCA acrescida de 8% (oito por cento) ao ano, por meio da aplicação mínima de 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na aquisição de cotas do FIP Investido. Esse objetivo não representa, sob qualquer hipótese, garantia do Fundo ou do seu Administrador quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes da Carteira de Investimentos, e tampouco que a referida rentabilidade alvo será efetivamente atingida.

Em caráter suplementar, os recursos não investidos no FIP Investido poderão ser mantidos em moeda corrente nacional ou alocados em Investimentos Líquidos.

O limite estabelecido acima não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, conforme abaixo descrito, relativos a cada Chamada de Capital, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento.

Os recursos aportados pelos Cotistas no Fundo deverão ser utilizados para investimentos em cotas do FIP Investido até o último Dia Útil do 2º mês subsequente à data de recebimento pelo Cotista da Chamada de Capital. Até que os investimentos do Fundo sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo deverão ser aplicados em Investimentos Líquidos.

O Administrador deve comunicar imediatamente à CVM, depois de ultrapassado o prazo referido acima, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da Carteira de Investimentos, no momento em que ocorrer.

Caso o desenquadramento ao limite estabelecido no *caput* do artigo 12 do Regulamento perdure por período superior ao prazo de aplicação dos recursos estabelecidos acima, o Administrador, nos termos do artigo 34, Parágrafo Quarto do Regulamento, conforme aplicável, deve, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos:

- (i) reenquadrar a Carteira de Investimentos; ou
- (ii) solicitar prorrogação do referido prazo à CVM; ou
- (iv) restituir aos Cotistas os valores já integralizados mas não aplicados em cotas do FIP Investido.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, caso os investimentos do Fundo no FIP Investido não sejam realizados dentro do prazo referido acima, o Administrador, a seu critério, decidirá sobre:

- (i) o reenquadramento da Carteira de Investimentos;
- (iii) a restituição aos Cotistas dos valores já integralizados mas não aplicados em cotas do FIP Investido, sem qualquer correção, na proporção por estes integralizadas.

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em cotas do FIP Investido.

Sem prejuízo de limites estabelecidos pela regulamentação aplicável, as aplicações do Fundo em Investimentos Líquidos também não estarão sujeitas a limite de concentração de investimento.

Nos termos do Regulamento, será admitido o co-investimento no FIP Investido por Cotistas, pelo Administrador, bem como por partes a eles relacionadas, inclusive outros veículos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, bem como por partes a eles relacionadas.

O Fundo não poderá realizar operações com derivativos.

Os rendimentos e recursos oriundos dos investimentos do Fundo poderão, a exclusivo critério do Administrador, ser utilizados para a realização de novos aportes no FIP Investido, desde que durante o Período de Investimento, e nos casos descritos pelo item 4.4. abaixo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador, do Coordenador Líder ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

4.4. Período de Investimento

O Fundo deverá realizar seus investimentos durante o Período de Investimento, qual seja, durante o período de 5 (cinco) anos contados da data da primeira integralização de Cotas, sujeito à prorrogação conforme decisão do Administrador, sem alterar o Prazo de Duração.

Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos no FIP Investido após o final do Período de Investimento do Fundo, sem necessidade de obtenção de aprovação prévia dos Cotistas, desde que esses investimentos:

- (i) sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo, antes do término do Período de Investimento, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimento;
- (ii) não tenham sido efetuados até o encerramento do Período de Investimento em razão de não atenderem a condição específica que venha a ser atendida após o encerramento do Período de Investimento; ou
- (iii) sejam decorrentes da necessidade de qualquer FIP Investido realizar novos aportes de capital nas Companhias Investidas.

4.5. Período de Desinvestimento

Encerrado o Período de Investimento, será interrompido todo e qualquer investimento do Fundo no FIP Investido. A exclusivo critério do Administrador, as Cotas poderão, a qualquer tempo, ser amortizadas, proporcionalmente ao montante que o valor de cada Cota representa em relação ao Patrimônio Líquido, todas as vezes que se verificar pagamentos recebidos do FIP Investido, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições do Regulamento.

4.6. Características, Direitos e Amortização das Cotas

4.6.1. Características das Cotas e Direitos Patrimoniais

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e pertencem a uma única classe, sendo todas nominativas, escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares junto ao Custodiante. Todas as Cotas garantem aos seus titulares direitos patrimoniais, políticos e econômicos idênticos, conforme descrito no Regulamento.

O extrato da conta de depósito, representado por número inteiro ou fracionário de Cotas, comprovará a propriedade e a quantidade de Cotas detidas pelos Cotistas, conforme registros do Fundo.

As Cotas emitidas pelo Fundo poderão ter registro na CETIP e poderão ser registradas para negociação, no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Cotas. Os Cotistas alienantes serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer tributos, despesas ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas. As Cotas poderão, ainda, ser objeto de negociações privadas, nos termos da legislação e regulamentação vigentes.

4.6.2. Valor das Cotas

Na emissão e integralização das Cotas será sempre considerado o valor da Cota como sendo R\$ 100,00 (cem reais), calculado o número de Cotas de acordo com os recursos efetivamente disponibilizados pelo investidor diretamente na conta do Fundo.

Não obstante o disposto acima o valor das Cotas para todos os demais fins, após o início de funcionamento do Fundo, será o resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas, apurados, ambos ao final de cada Dia Útil.

4.6.3. Direito de Voto das Cotas

Ressalvada a possibilidade de suspensão de direitos de voto de Cotistas Inadimplentes, conforme previsto no Regulamento e no item 4.6.7. abaixo, todas as Cotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada Cota a um voto nas Assembleias Gerais.

4.6.4. Patrimônio Inicial

O patrimônio inicial do Fundo será formado por, no mínimo, 3.000 (três mil) de Cotas e, no máximo, 3.000.000 (três milhões) de Cotas, com Preço de Emissão de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando o montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e de, no máximo, R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

4.6.5. Emissão e Subscrição de Cotas

As Cotas serão objeto de distribuição pública registrada na CVM, nos termos e limites da regulamentação aplicável vigente. As Cotas deverão ser subscritas até o encerramento do Período de Distribuição, observado o prazo limite para a realização de Chamadas de Capital para realização de investimentos, que coincidirá com o encerramento do Período de Investimento do Fundo, ressalvadas as hipóteses previstas no Regulamento, tudo nos termos do Compromisso de Investimento.

No ato de subscrição das Cotas, o subscritor (i) assinará o Boletim de Subscrição; (ii) comprometer-se-á, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Cotas subscritas nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

4.6.6. Integralização das Cotas

As Cotas deverão ser integralizadas na medida em que ocorrerem as Chamadas de Capital para integralização pelo Administrador, nos termos do Regulamento, dos respectivos compromissos de investimento e dos respectivos Boletins de Subscrição.

As Cotas deverão ser integralizadas exclusivamente em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias corridos após a notificação do Administrador, em recursos imediatamente disponíveis e transferíveis à conta de titularidade do Fundo mantida pelo Administrador, ou por meio dos procedimentos operacionais da CETIP, conforme expressamente indicado em documento que vier a formalizar cada Chamada de Capital.

As integralizações de Cotas ocorrerão exclusivamente em moeda corrente nacional e poderão ser realizadas (i) pelo MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, (ii) por meio transferência eletrônica disponível – TED, (iii) por meio de débito em conta corrente, ou (iv) por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

As Cotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Cotistas e de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Os Cotistas, ao subscreverem Cotas e assinarem os Boletins de Subscrição e os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos parágrafos acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 4.6.7. abaixo.

4.6.7. Inadimplência dos Cotistas

O Cotista que não fizer o pagamento do Preço de Integralização de suas Cotas nas condições previstas no Regulamento, no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e/ou no respectivo boletim de subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo. Tais penalidades serão calculadas *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento seria devido até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo de honorários advocatícios.

Na hipótese de o Cotista não realizar o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e/ou no respectivo boletim de subscrição, os demais Cotistas não responderão por tal inadimplemento.

Verificada a mora do Cotista, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas, para que os Cotistas deliberem por um dos seguintes caminhos a serem seguidos:

- (i) promover contra o Cotista Inadimplente cobrança extrajudicial das importâncias devidas; ou

- (ii) promover contra o Cotista Inadimplente processo de execução para cobrar as importâncias devidas, servindo o Compromisso de Investimento e o aviso de Chamada de Capital como título executivo extrajudicial nos termos do Código de Processo Civil.

O Cotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, bem como terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleia Geral de Cotistas e recebimento de ganhos e rendimentos) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

O Cotista Inadimplente terá as Amortizações de Cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo Fundo a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

Caso o Cotista Inadimplente venha a cumprir com todas as obrigações após a suspensão dos seus direitos, conforme indicado acima, tal Cotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, e recuperará o exercício de seus direitos políticos, conforme previsto no Regulamento.

4.6.8. Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá emitir Novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas tomada pelo voto favorável dos Cotistas que representem a maioria das Cotas presentes à Assembleia, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do Fundo no FIP Investido de forma a manter seu valor econômico, (ii) a cobertura de eventuais contingências do Fundo, ou (iii) a recomposição do caixa do Fundo em montante suficiente para pagamento das despesas do Fundo.

A Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre novas emissões de Cotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Cotas, observado o disposto na legislação aplicável. As Novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas.

4.6.9. Amortização e Resgate de Cotas

A exclusivo critério do Administrador, as Cotas poderão, a qualquer tempo, ser amortizadas, proporcionalmente ao montante que o valor de cada Cota representa em relação ao Patrimônio Líquido, todas as vezes que se verificar pagamentos recebidos do FIP Investido e/ou diretamente das Companhias Investidas.

As Amortizações referidas acima serão sempre feitas pelo Administrador, de forma a manter recursos líquidos no Fundo estimados para cobrir, no mínimo, 12 (doze) meses de despesas projetadas pelo Administrador.

O Administrador poderá deliberar pela Amortização de Cotas em ativos da Carteira de Investimentos, caso em que definirá as condições para tal Amortização.

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação antecipada do Fundo.

4.7. Negociação das Cotas

As Cotas emitidas pelo Fundo poderão ter registro na CETIP, e poderão ser objeto de negociação em mercado de balcão organizado, podendo, ainda, ser objeto de negociações privadas, nos termos da legislação e regulamentação vigentes e observadas as condições estabelecidas no Compromisso de Investimento.

O Administrador poderá vedar a transferência de Cotas de qualquer Cotista caso não sejam cumpridas as formalidades previstas em lei ou caso, a critério fundamentado do Administrador, este entenda que a transferência possa prejudicar o Fundo.

Todo e qualquer Cotista, ao ingressar no Fundo, atestará o conhecimento e concordância com o disposto acima, conforme artigo 39 do Regulamento, declarando ter ciência de que referido dispositivo é soberano em relação a todos os demais e que levou em conta esta questão ao tomar a decisão de investir no Fundo.

4.8. Liquidação e Procedimentos para Liquidação do Fundo

O Fundo entrará em liquidação ao final de seu respectivo Prazo de Duração, tão logo seja realizada a liquidação do FIP Investido.

Na liquidação do Fundo, os Cotistas terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para resgate das mesmas e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas.

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente da seguinte forma:

- a) mediante deliberação de seus Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, caso seja deliberado por quórum qualificado, conforme artigo 20, Parágrafo Segundo do Regulamento;
- b) a critério do Administrador caso ocorra o desinvestimento de todos os ativos da Carteira de Investimentos, a qualquer tempo após o término do Período de Investimento do Fundo.

A liquidação dos ativos do Fundo será feita por meio de uma das formas abaixo, a critério do Administrador:

- (i) venda dos ativos da Carteira de Investimentos em mercados regulamentados de valores mobiliários, regulados pela Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, ou em negociações privadas, observado o disposto na legislação aplicável; e/ou
- (ii) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda dos ativos da Carteira de Investimentos, negociadas pelo Administrador.

Após a liquidação dos ativos referidos acima, o Administrador deverá deliberar sobre os procedimentos de pagamento do resgate ou da Amortização das Cotas do Fundo, inclusive mediante a entrega de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos.

Na hipótese do Administrador encontrar dificuldades ou impossibilidade de fracionamento dos ativos que compõem a Carteira de Investimentos, estes serão dados em pagamento aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada condômino será calculada de acordo com a proporção de Cotas detidas por cada Cotista sobre o valor total das Cotas subscritas. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador e o Custodiante estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

No caso de constituição do condomínio referido acima, o Administrador deverá notificar os Cotistas para que os mesmos elejam o respectivo administrador, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção dos títulos e valores mobiliários a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer isenção de responsabilidade do Administrador perante os Cotistas até a constituição do referido condomínio, que, uma vez constituído, passará a ser de responsabilidade exclusiva do administrador eleito pelos Cotistas, de maneira que tal condomínio não estará mais sujeito às normas editadas pela CVM para o funcionamento de fundos de investimento, mas sim, às regras a ele pertinentes ao condomínio previstas no Código Civil Brasileiro.

Caso os titulares de Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, esta função será exercida pelo Cotista que detenha o maior número de Cotas subscritas.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos ativos integrantes da Carteira de Investimentos pelo prazo não prorrogável de 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação referida acima, durante o qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas indicará, ao Administrador e ao Custodiante, data, hora e local para que seja feita a entrega dos títulos e valores mobiliários aos Cotistas. Expirado este prazo, Administrador poderá promover a consignação dos títulos e valores mobiliários da Carteira de Investimentos na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

4.9. Política de Distribuição de Resultados

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante a Amortização parcial ou total de suas Cotas, observado o disposto abaixo e no Regulamento.

4.10. Avaliação dos ativos e do Patrimônio Líquido

As Cotas do Fundo terão seu valor calculados diariamente, com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas do Fundo, apurados ambos ao final de cada Dia Útil.

Os ativos componentes da Carteira de Investimentos serão avaliados e contabilizados diariamente, conforme os seguintes critérios:

- (i) as cotas do FIP Investido serão contabilizadas pelo valor devidamente informado por seu administrador ; e

- (ii) os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa ou variável com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com o manual de marcação a mercado do Custodiante.

Em situações em que o Administrador considere que nenhum dos critérios para contabilização descritos acima reflita adequadamente o valor dos ativos do Fundo, o Administrador poderá a seu critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor, com base nas disposições previstas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelas normas editadas pela CVM, e, quando aplicável, nas práticas contábeis emanadas pelos respectivos órgãos reguladores a que os investimentos do Fundo, bem como os investimentos do FIP Investido (incluindo as Companhias Investidas), estejam sujeitos.

O Administrador poderá promover reavaliações dos ativos da Carteira de Investimentos quando: (i) verificada a notória insolvência de uma Companhia Investida; (ii) houver atraso ou não pagamento de juros ou amortizações (por parte dos respectivos emissores) relativamente aos títulos e/ou valores mobiliários de emissão de Companhias Investidas; (iii) houver pedido e/ou deferimento/decretação/homologação de recuperação judicial, extrajudicial ou falência; (iv) houver emissão de Novas Cotas; ou (v) da hipótese de liquidação antecipada (a) de um FIP Investido, nos termos do respectivo regulamento ou (b) do Fundo, nos termos do Regulamento.

No momento da subscrição de Cotas do Fundo e de acordo com a declaração que deverá ser firmada no Termo de Adesão ao Regulamento, os Cotistas devem declarar que têm ciência, reconhecem e aceitam as regras relativas às reavaliações dos ativos da Carteira de Investimentos.

4.11. Demonstrações Contábeis do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada das escriturações relativas ao Administrador e ao Custodiante.

As demonstrações financeiras do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM, devendo ser objeto de auditoria por Auditor Independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social.

4.12. Exercício Social do Fundo

O exercício social do Fundo tem duração de 12 (doze) meses e será encerrado no último dia de março de cada ano.

4.13. Assembleia Geral de Cotistas

A Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á, ordinariamente, até 150 (cento e cinquenta) dias contados do encerramento do exercício social do Fundo, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso (i) abaixo, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista neste item.

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;

- (ii) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- (iii) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de Cotistas, observado o disposto nos incisos IV e V, Parágrafo Segundo, do Artigo 5º deste Regulamento;
- (iv) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo;
- (v) alterar os dispositivos deste Regulamento;
- (vi) deliberar sobre a destituição e/ou a substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (viii) deliberar sobre aumentos na Taxa de Administração, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- (ix) deliberar sobre a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (x) deliberar sobre a realização de investimentos após o término do Período de Investimento, em circunstâncias diferentes daquelas previstas no Artigo 14, Parágrafo Primeiro deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a alteração da classificação do Fundo para efeitos do Código ABVCAP/ANBIMA;
- (xii) dirimir questões de Conflito de Interesses envolvendo o Fundo, seus Cotistas, o Administrador;
- (xiii) deliberar sobre a proposta de Baixa Total apresentada pelo Administrador;
- (xiv) deliberar sobre a instalação, composição e funcionamento dos comitês e conselhos do Fundo, caso sejam implementados; e
- (xv) deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do Fundo.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a necessária comunicação aos Cotistas.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência encaminhada a cada Cotista, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação, inclusive eletrônica, cuja comprovação de recebimento pelo Cotista seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, do qual constarão, obrigatoriamente, (a) o dia, hora e local em que será realizada tal assembleia; (b) a possibilidade da participação dos Cotistas por áudio e/ou vídeo conferência; e (c) a descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias corridos de antecedência da data prevista para a sua realização, exceto na hipótese descrita no item 4.14.6.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será realizada segunda convocação por meio do envio de correspondência com aviso de recebimento nos termos do *caput* desse item, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com a correspondência de primeira convocação, sendo que, nesse caso, deverá constar da convocação a data da realização da assembleia em segunda convocação, que não poderá ser inferior a 20 (vinte) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á na sede do Administrador em São Paulo; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos (e-mail) endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do Administrador.

Independentemente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

Caso autorizado pelo Administrador no momento da convocação, as Assembleias Gerais de Cotistas poderão ser realizadas sem a presença dos Cotistas, sendo realizadas inclusive por telefone, videoconferência, ou qualquer outro meio, desde que, necessariamente, a manifestação de voto com relação à deliberação estabelecida na referida assembleia seja encaminhada por cada Cotista ao Administrador, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva assembleia. Uma cópia de toda e qualquer manifestação de voto, em meio físico ou eletrônico, deverá ser arquivada pelo Administrador juntamente com todas as atas das Assembleias Gerais.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação do Administrador ou de Cotistas titulares de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas.

A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de qualquer número de Cotistas adimplentes e cada Cota corresponderá ao direito de um voto na Assembleia Geral de Cotistas, ressalvado no caso do disposto no item 4.6.7.

Não obstante, os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, quando a referida possibilidade estiver expressamente prevista na convocação da Assembleia Geral de Cotistas, encaminhada ao Administrador, desde que este receba o voto do Cotista com pelo menos 1 (um) Dia Útil de antecedência em relação à data prevista para a realização da assembleia a que se refere o voto proferido na forma prevista neste Parágrafo.

As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser aprovadas mediante processo de consulta formal realizada pelo Administrador por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la ao Administrador.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

Os Cotistas que não se manifestarem no prazo estabelecido na consulta serão considerados como se tivessem se absterido de votar.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (i), (iii), (x), (xi), (xii) e (xiii) acima, dependerão de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas, por Cotas que representem, pelo menos, a maioria das Cotas presentes à assembleia; por sua vez as matérias previstas nos incisos (ii), (iv) a (ix), (xiv) e (xv), do referido Parágrafo Primeiro, serão deliberadas por votos que representem, pelo menos, 70% (setenta por cento) das Cotas presentes à assembleia..

Somente podem votar na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, desde que, até 3 (três) dias corridos antes da data fixada para a realização da assembleia, (i) o Cotista esteja devidamente inscrito no livro “Registro dos Cotistas” e (ii) o Cotista esteja adimplente com suas obrigações de integralização das Cotas e estas estejam depositadas na conta de depósito.

Os Cotistas deverão informar ao Administrador qualquer situação que os coloquem em situação de Conflito de Interesses em relação a qualquer matéria objeto de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas, ficando tais Cotistas impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do Conflito de Interesses, enquanto permanecer o conflito.

Qualquer deliberação tomada na referida assembleia somente produzirá efeitos a partir da data de envio à CVM, através do sistema CVMWeb, da Ata da Assembleia Geral de Cotistas, contendo o inteiro teor das deliberações, bem como do Regulamento devidamente alterado e consolidado.

4.14. Administração e Gestão

O Fundo será administrado e sua Carteira de Investimentos será gerida pelo Administrador.

4.14.1. Administrador

O Fundo será administrado e gerido pelo Administrador, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira autorizada CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04.

4.14.2. Obrigações e Responsabilidades do Administrador

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
 - (a) o registro dos Cotistas e de transferência de Cotas;
 - (b) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (c) o livro de presença de Cotistas;
 - (d) o arquivo dos pareceres dos auditores;

- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (f) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 391;
- (v) elaborar junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 391 e do Regulamento;
- (vi) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) acima até o término do mesmo;
- (vii) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (viii) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo;
- (ix) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da Carteira de Investimentos custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (x) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 391, referentes às demonstrações contábeis e demais informações do Fundo;
- (xi) cumprir as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Cotistas;
- (xii) representar o Fundo em juízo e fora dele e praticar todos os atos necessários à administração da Carteira de Investimentos, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto no Regulamento;
- (xiii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento e do Código ABVCAP/ANBIMA;
- (xiv) comunicar à CVM, no prazo de até 8 (oito) dias corridos contados da respectiva deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, os seguintes atos relativos ao Fundo:
- (a) alteração do Regulamento;
 - (b) substituição do Administrador e/ou do Custodiante;
 - (c) fusão;
 - (d) incorporação;
 - (e) cisão;
 - (f) liquidação; e
 - (g) distribuição de Novas Cotas.

- (xv) realizar Chamadas de Capital com 10 (dez) dias corridos de antecedência à data de integralização de Cotas mediante o encaminhamento de notificação por escrito ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, a cada um dos Cotistas, solicitando a integralização parcial ou total das Cotas subscritas nos termos dos Compromisso de Investimento. Cada Chamada de Capital especificará o montante total da referida Chamada de Capital, o número de Cotas e o valor a ser integralizado por cada Cotista, bem como a destinação dos recursos; e
- (xvi) informar imediatamente aos Cotistas qualquer situação de Conflito de Interesses, ainda que apenas potencial.

4.14.3. Gestão

O Administrador, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 391 e do Regulamento, tem poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais, representar o Fundo em comitês de investimento ou qualquer outro tipo de comitê existente no FIP Investido, podendo, ainda, adquirir e alienar títulos e valores mobiliários, transigir, praticar, enfim, todos os atos necessários à administração e gestão da carteira e do Fundo.

4.14.4. Obrigações e Responsabilidades do Administrador quanto à gestão da Carteira de Investimentos

Além das atividades inerentes à gestão da Carteira de Investimentos e aquelas previstas no Regulamento, caberá também ao Administrador:

- I. decidir sobre os investimentos do Fundo em cotas do FIP Investido, bem como sobre os investimentos e desinvestimento em outros ativos, observada Política de Investimento prevista neste Regulamento;
- II. solicitar ao Administrador a realização de Chamadas para integralização de Cotas nos termos do Regulamento e dos compromissos de investimento;
- III. comparecer e votar nas assembleias gerais do FIP Investido;
- IV. fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, que fundamentem as decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- V. se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Administrador, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VI. informar imediatamente ao Administrador, que informará aos Cotistas, qualquer situação de Conflito de Interesses, ainda que apenas potencial; e

- VII. negociar e firmar, em nome do Fundo quaisquer documentos, acordos ou contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do Fundo, incluindo mas não se limitando a acordos de confidencialidade, memorandos de entendimentos, acordos de investimento, boletins de subscrição, acordos de acionistas, atos e documentos necessários à representação do Fundo em assembleias gerais de qualquer natureza, além de quaisquer outros atos e documentos relacionados de qualquer forma aos investimentos do Fundo.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (IV) e (V) acima, o Administrador poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais Conflitos de Interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação. Nestes casos, todos os Cotistas terão acesso às informações previstas nos incisos (IV) e (V) acima.

A equipe responsável pela gestão da Carteira de Investimentos está vinculada à Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, ou ao órgão que vier a sucedê-la, unidade do Administrador com sede na cidade de São Paulo, por meio de vínculo empregatício direto.

O Administrador é responsável por todas as atividades de gestão e atuará de modo a garantir o fiel cumprimento ao estabelecido no Regulamento e na legislação aplicável, atendendo às normas vigentes e ao dever de diligência e probidade na condução dos negócios relacionados a gestão do Fundo.

4.14.5. Vedações ao Administrador

É vedado ao Administrador, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósitos em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades permitidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, salvo se aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de Cotistas;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM n.º 134, de 01 de novembro de 1990), ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

4.14.6. Substituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, endereçado a cada Cotista e à CVM.

A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Administrador, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade profissional de administração de carteira.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o Administrador obrigada a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da expedição do aviso de que trata o artigo 8^a do Regulamento, sendo também facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

No caso de renúncia, o Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto abaixo.

Caso (i) a Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador não seja efetivamente empossada no cargo no prazo de até 30 (trinta) dias após a deliberação de Assembleia Geral de Cotistas que o eleger, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma segunda Assembleia Geral de Cotistas para eleição do novo administrador a se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar, conforme aplicável, (a) da data da primeira Assembleia Geral de Cotistas que deixou de eleger o novo administrador, ou (b) do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para a posse do novo administrador eleito;
- (ii) caso (i) a segunda Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador eleito não seja efetivamente empossada(o) no cargo no prazo de até 30 (trinta) dias após a segunda Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador convocará uma terceira Assembleia Geral de Cotistas para eleição do novo administrador a se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar, conforme aplicável, (i) da data da segunda Assembleia Geral de Cotistas que deixou de eleger o novo administrador, ou (ii) do decurso do novo prazo de 30 (trinta) dias para a posse do novo administrador eleito;
- (iii) caso (i) a terceira Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador eleito não seja efetivamente empossada(o) no cargo no prazo de até 30 (trinta) dias após a terceira Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador poderá liquidar o Fundo independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

No caso de descredenciamento do Administrador CVM, esta poderá, a seu exclusivo critério e de acordo com os seus normativos internos e demais normas que regulam a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, indicar administrador até a eleição do novo administrador para o Fundo.

O Administrador responderá pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

4.15. Custódia

As atividades de custódia, controladoria e tesouraria do Fundo, bem como os serviços de escrituração de Cotas do Fundo serão exercidas pelo Custodiante.

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) a abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Fundo;
- (ii) o recebimento de recursos a título de integralização de Cotas e o pagamento de valores aos Cotistas a título de Amortização ou resgate das Cotas, nas hipóteses previstas no Regulamento;
- (iii) o recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos oriundos da Carteira de Investimentos e demais aplicações do Fundo; e
- (iv) a liquidação financeira de todas as operações do Fundo.

Quaisquer terceiros contratados pelo Fundo responderão pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

4.16. Política de Exercício de Direito de Voto

A política de exercício de direito de voto em Assembleias Gerais a ser praticada pelo Administrador é aquela disponível, em sua versão integral e atualizada, na rede mundial de computadores, no seguinte endereço eletrônico: www.caixa.gov.br (nesta página acessar “Investimentos”, clicar em “Fundos de Investimento” e selecionar “Política de Exercício de Direito de Voto de Fundos Estruturados” no quadro “Indispensável”).

As decisões do Administrador quanto ao exercício de direito de voto serão tomadas de forma diligente, como regra de boa governança, mediante a observância da política de voto, com o objetivo de preservar os interesses do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável às atividades de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.

4.17. Remuneração do Administrador e demais Despesas do Fundo

4.17.1. Taxa de Administração

Pelos serviços de administração do Fundo e gestão de sua Carteira de Investimentos, o Fundo pagará ao Administrador uma remuneração de 0,10% a.a. (dez centésimos por cento ao ano) que incidirá (a) sobre o Capital Comprometido do Fundo, durante o Período de Investimento do Fundo; e (b) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, após o término do Período de Investimento, observando o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, atualizado anualmente pela variação positiva do IPCA.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, por Dia Útil, considerado o ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

Na hipótese de renúncia, destituição, ou descredenciamento do Administrador, os valores devidos a título de remuneração serão pagos ao Administrador *pro rata temporis* até a data do seu efetivo desligamento.

4.17.2. Taxa de Performance

Não haverá cobrança de taxa de performance.

4.17.3. Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração dos serviços de administração e gestão da Carteira de Investimentos, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas do Fundo pelo Administrador:

- (i) quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo (incluindo o reembolso de despesas pré-operacionais) e distribuição de Cotas;
- (ii) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de cotas do FIP Investido e outros títulos e valores mobiliários da Carteira de Investimentos;
- (iii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iv) despesas com registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas de interesse do Fundo, previstas na regulamentação pertinente e no Regulamento;
- (v) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (vi) honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras do Fundo;
- (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (viii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (ix) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (x) quaisquer despesas inerentes à constituição, distribuição de Cotas, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (xi) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários da Carteira de Investimentos;

- (xii) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, incluindo, mas não se limitando a despesas com auditoria contábil e legal do FIP Investido e consultorias especializadas, bem como a realização de estudos de viabilidade técnica e financeira até o limite equivalente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (xiii) taxas, mensalidades, contribuições e ou quaisquer outras despesas relativas ao Fundo, devidas a entidades reguladoras e autorreguladoras, públicas ou privadas, dos mercados financeiros e de capitais;
- (xiv) despesas com o registro e manutenção das Cotas do Fundo na CETIP, conforme aplicável; e
- (xv) eventual pagamento de taxa de ingresso disposta no FIP Investido.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

São passíveis de reembolso pelo Fundo, despesas incorridas anteriormente ao seu registro na CVM, limitadas à 720 (setecentos e vinte) dias de anterioridade, tais como as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços jurídico-legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, despesas com escrituração, registros de documentos inclusive na CVM e na ANBIMA, desde que tal reembolso seja aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas.

4.18. Política de Divulgação de Informações

O Administrador deverá divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou carta registrada, e manterá disponível em sua sede e nas instituições responsáveis pela distribuição de Cotas do Fundo, sem exclusão de qualquer outro meio adicional, ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo e possíveis interessados em adquirir Cotas do Fundo.

Dentre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes ao FIP Investido e/ou às Companhias Investidas, obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto gestor, membro ou participante dos órgãos de comitês, conselhos ou órgãos consultivos ou de administração do FIP Investido e/ou das Companhias Investidas, conforme aplicável.

Para os fins do Fundo, todas as comunicações efetuadas por correios eletrônicos (e-mail) entre o Fundo, e os Cotistas e/ou demais prestadores de serviços são consideradas válidas e deverão conter as respectivas confirmações de recebimento dos destinatários dos mesmos.

O Administrador deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, e aos Cotistas, as informações especificadas nos Parágrafos abaixo, na periodicidade neles indicadas:

O Administrador comunicará à CVM, no prazo de até 8 (oito) dias contados de sua deliberação, os seguintes atos:

- a. alteração do Regulamento;
- b. substituição do Administrador;
- c. fusão, incorporação, cisão e liquidação do Fundo;
- d. distribuição de Novas Cotas.

O Administrador enviará à CVM e, por meio eletrônico, aos Cotistas:

- I. Diariamente as seguintes informações:
 - (i) valor unitário das Cotas e Patrimônio Líquido do Fundo.
- II. Mensalmente, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o encerramento do mês a que se referiam, as seguintes informações:
 - (i) valor integralizado por cada Cotista do Fundo, sendo essa informação reservada para cada Cotista individualmente;
 - (ii) posição da Carteira de Investimentos; e
 - (iii) valor unitário das Cotas do Fundo no último dia do mês.
- III. Trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
 - (i) valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (ii) número de Cotas emitidas; e
 - (iii) relatórios de receitas e despesas detalhadas do Fundo.
- IV. Semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
 - (i) a composição da Carteira de Investimentos, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
 - (ii) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
 - (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
 - (iv) a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da Carteira de Investimentos.
- V. anualmente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - (i) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do Auditor Independente;
 - (ii) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações de que trata a alínea “i” do inciso (IV) devem ser enviadas à CVM com base no calendário civil, e as informações de que tratam as alíneas “ii”, “iii”, e “iv” do inciso (IV), supra, devem ser enviadas à CVM com base no exercício social do Fundo.

O Administrador deverá remeter anualmente aos Cotistas, por ocasião do encerramento do exercício social do Fundo:

- (a) saldo do Cotista em número de Cotas e valor; e
- (b) comprovante para efeitos da declaração de imposto de renda.

O Administrador é obrigado a divulgar a todos os Cotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o seu Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

Caso alguma informação do Fundo seja divulgada com incorreções ou informações não verdadeiras que possam induzir o investidor a erros da avaliação, o Administrador, por iniciativa própria ou por determinação da CVM, deverá utilizar-se do mesmo veículo de divulgação da informação errônea, constando de modo expresso que a informação está sendo republicada por determinação da CVM, se for o caso, sem prejuízo das perdas e danos causados.

4.19. Regras de Tributação

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira de Investimentos irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.19.1. Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

As operações com as Cotas estão sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado atualmente à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento nas Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio realizadas por Cotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para investimento nas Cotas por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2689/00 ("Cotistas Qualificados"), estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento) na entrada dos recursos no Brasil para investimento no Fundo e de 0% (zero por cento) na remessa desses recursos para o exterior. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de Cotas; (b) o resgate de Cotas, nas hipóteses permitidas pelo Regulamento; e (c) a Amortização de Cotas.

I. Cotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos, seja na cessão/alienação, resgate ou Amortização das Cotas serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), sobre o valor da alienação, sendo que este imposto poderá ser compensado contra o Imposto de Renda devido sobre os ganhos apurados pelo Cotista.

II. Cotistas Residentes no Exterior

Aos Cotistas Qualificados é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país que não tribute a renda, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ("Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida").

II.a. Cotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo não cumprir com os limites de diversificação e as regras de investimento estabelecidas pela CVM, que atualmente impõem que 90% (noventa por cento) do patrimônio do Fundo seja investido em cotas de fundos de investimento em participações. Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b. Cotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida

Os Cotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a. acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

4.19.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo mediante ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento. Exceção é feita para as operações com derivativos, sujeitas atualmente à tributação pelo IOF/Títulos à alíquota de 1%, em relação aquisição, venda ou vencimento de derivativos financeiros, celebrados no Brasil, que, individualmente, resultem em aumento da exposição cambial vendida ou redução da exposição cambial comprada. Tal alíquota pode ser majorada a qualquer tempo, mediante ato do Poder

Executivo Federal, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira de Investimentos são isentos do Imposto de Renda.

4.20. Atendimento aos Cotistas

Para solicitar mais informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com o Administrador ou Coordenador Líder nos seguintes endereços:

Administrador

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Avenida Paulista, n.º 2.300 – 11º andar

São Paulo – SP

At.: Rebeca Correa Balian ou Dimitri Lopes Ojevan

Telefone: (11) 3555-6350

Fax: (11) 3555-6378

E-mail: gedef@caixa.gov.br / gedef03@caixa.gov.br

Website: www.caixa.com.br

Coordenador Líder

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

At.: Srs. Alexandre Gomes Vidal e Valdecir Aparecido Sicchieri

Avenida Paulista, 2.300 – 12º andar

São Paulo – SP

CEP 01310-300

Telefone: (11) 3555-6234

Fax: (11) 2159-7205

E-mail: gepte06@caixa.gov.br / gepte@caixa.gov.br

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

5. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

5.1. Informações sobre as Partes

5.1.1. O Administrador e Coordenador Líder

É a Caixa Econômica Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04.

Fundada em 12 de janeiro de 1861, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II, com o objetivo de conceder empréstimos e incentivar a poupança popular, a Caixa Econômica Federal é, atualmente, uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, sob controle da União, com sede em Brasília, Distrito Federal.

A Caixa Econômica Federal marca presença em todas as regiões brasileiras com uma ampla rede de atendimento. São mais de 36,2 mil unidades, que chegam a 5 mil e 467 municípios e mais de 6 mil unidades próprias, entre agências, postos e salas de autoatendimento, além de aproximadamente 29 mil correspondentes bancários, entre lotéricas e postos CAIXA AQUI.

Com inovação, a CAIXA chega também a regiões de difícil acesso terrestre, como as comunidades ribeirinhas no norte do país, que agora são atendidas por meio da agência-barco.

A atuação da Caixa Econômica Federal vai desde a atuação como banco comercial, até a execução de políticas governamentais, passando por setores como habitação, saneamento, infraestrutura e prestação de serviços.

Cabe destacar a relevante participação da Caixa Econômica Federal na indústria de fundos de investimento e operações no mercado de capitais.

Fonte: www.caixa.gov.br > sobre a caixa

Histórico do Administrador

A Caixa Econômica Federal atua na administração de recursos de terceiros desde 1991. Representada, desde 1998, na gestão de Ativos de Terceiros pela VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, a Caixa Econômica Federal vem apresentando crescimento significativo no volume de recursos sob sua administração. Em julho de 2014 eram R\$ 392,9 bilhões provenientes de aplicações em fundos de investimento, carteiras administradas e fundos governamentais, como o FGTS, o FDS e o FAR. A Moody's América Latina atribuiu no início de 2009 o Rating MQ1 de Qualidade de Gestor de Investimentos para a VITER. Essa classificação é a nota máxima de gestão às entidades que administram fundos de investimentos, refletindo o alto grau de profissionalismo e coerência no processo de tomada de decisões e na eficácia da estrutura de gestão de riscos instalada.

Conforme o ranking de administrador divulgado pela ANBIMA, datado de julho de 2014, a Caixa Econômica Federal ocupa a quarta posição em montante total, apenas relativos à fundos de investimento administrados, com ativos de terceiros que somam aproximadamente R\$ 226,6 bilhões.

A VITER encerrou julho de 2013 com 42 produtos ativos no segmento chamado de Fundos Estruturados, sendo 11 fundos de investimentos em direitos creditórios, 20 fundos de investimentos em participações e 11 fundos de investimentos imobiliários, que representavam um patrimônio líquido total de R\$ 64,2 bilhões.

A VITER encerrou o mês de setembro com líder do Ranking de Administradores e Gestores de fundos de investimento em participações, conforme ranking ANBIMA de Setembro/2014.



Elaboração: CAIXA - Fonte: ANBIMA – www.anbima.com.br > clicar em Informações Técnicas > clicar em Fundos de Investimento no item Ranking > selecionar “Administradores” e “Gestão”. Utilizar tabela que apresenta a distribuição do PL por tipo de fundo.

Ademais, dentre a carteira de fundos estruturados, geridos e/ou administrados destacamos os números abaixo apurados em Setembro/2014:

FIDC	FII
FIDC ENERGISA 2008	BB FII PROGRESSIVO
FIDC CEEE V-GT	FII CAIXA CEDAE
FIDC CAIXA RB CAPITAL HABITAÇÃO	FII CAIXA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO
CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FIDC	CAIXA FII PORTO MARAVILHA
FIDC-NP CAIXA BTG PACTUAL MULTISEGMENTOS	FII DA REGIÃO DO PORTO
FIDC CEDAE	FII CAIXA TRX LOGÍSTICA RENDA
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC	FII CAIXA INCORPORAÇÃO
FIDC BRASIL PLURAL FORNECEDORES PETROBRAS	CAIXA FII VLT
FIDC CAIXA DUBLIN	JHSF RIO BRAVO FAZENDA BOA VISTA CP - FII
FIDC CASAN SANEAMENTO	CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FII
FIDC NP IV ENERGISA CENTRO OESTE	DOMO FII
R\$ 4.852.416.875,21	R\$ 6.352.551.180,09

FIP
FIP CAIXA AMBIENTAL
CAIXA FIP CEVIX
FIP CAIXA AMSTERDAM
CAIXA FIP AMAZÔNIA ENERGIA
ÓLEO E GÁS FIP
FIP RG ESTALEIROS
CAIXA FIP SANEAMENTO
FIP SONDAS
FIP CAIXA VENEZA
FIP CAIXA MILÃO
FIP CAIXA INCORPORAÇÃO
IMOBILIÁRIA
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FIP
FIP CAIXA BARCELONA
RIO BRAVO ENERGIA I - FIP
FIP OAS EMPREENDIMENTOS
FIP OPERAÇÕES INDUSTRIAIS
FIP BRASIL PETRÓLEO 1
FIP BRASIL PETRÓLEO 2
FIP CAIXA CYRELA
FIP CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA
R\$ 16.219.996.781,97

Elaboração: CAIXA - Fonte: ANBIMA – www.anbima.com.br > clicar em Informações Técnicas > clicar em Fundos de Investimento no item Ranking > selecionar “Administradores” e “Gestão”. Utilizar tabela que apresenta a distribuição do PL por tipo de fundo.

Histórico do Coordenador Líder

A Caixa Econômica Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Finanças e Controladoria, em apoio ao mercado de capitais nacional, tem participado de diversas emissões. A seguir, listamos aquelas ocorridas a partir do segundo semestre de 2008:

- Junho de 2008: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 2ª distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis da Klabin Segall S.A., no montante de R\$ 230.000.000,00;
- Julho de 2008: coordenador líder na 1ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A., no montante de R\$ 130.000.000,00;
- Julho de 2008: coordenador líder na 4ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Vivo Participações S.A., no montante de R\$ 500.000.000,00;

- Outubro de 2008: coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 9ª emissão pública de debêntures simples não conversíveis da SABESP;
- Novembro de 2008: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 2ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia Brasileira de Energia Renovável - BRENCO, no montante de R\$ 350.000.000,00;
- Dezembro de 2008: coordenador líder na 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel S.A., em conjunto com outras instituições financeiras, no montante de R\$ 400.000.000,00;
- Julho de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na oferta pública, com esforços restritos, da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP;
- Julho de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de quotas Sênior e quotas subordinadas mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV (FIDC Chemical IV), no montante de R\$ 245.000.000,00;
- Outubro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de notas promissórias da 3ª emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A., no montante de R\$ 2.700.000.000,00;
- Dezembro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na oferta pública com esforços restritos, de notas promissórias da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 900.000.000,00;
- Dezembro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na oferta pública, de debêntures simples, da 4ª emissão do BNDES Participações S.A., no montante de R\$ 1.250.000.000,00;
- Março de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis, da 2ª emissão de debêntures simples da Cemig Geração e Transmissão S.A., no montante de R\$ 2.700.000.000,00;
- Março de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública, com esforços restritos, da 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia Camargo Correa S.A., no montante de R\$ 3.000.000.000,00;
- Abril de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis, da 11ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 1.215.000.000,00;
- Setembro de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública, com esforços restritos, da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia Camargo Correa S.A., no montante de R\$ 3.000.000.000,00;
- Maio de 2011: coordenador líder na distribuição pública de certificados de recebíveis imobiliários da 203ª série da 1ª emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, no montante de R\$ 232.766.000,00;

- Julho de 2011: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de cotas do FIDC Mercantil Crédito Consignado INSS, no montante de R\$ 300.000.000,00;
- Julho de 2011: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública, com esforços restritos, da 5ª emissão de debêntures simples da MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$ 500.000.000,00;
- Outubro de 2011: coordenador líder na distribuição pública de certificados de recebíveis imobiliários da 31ª série da 4ª emissão da Gaia Securitizadora S.A., no montante de R\$ 1.862.056.928,40;
- Dezembro de 2011: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 8ª emissão da Brasil Telecom – Grupo Oi, no montante de R\$ 2.350.000.000,00;
- Janeiro de 2012: coordenador contratado na distribuição pública de debêntures da 4ª emissão da Companhia de Locação das Américas – Locamérica, no montante de R\$ 150.000.000,00;
- Abril de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 11ª emissão da Telemar, no montante de R\$ 550.000.000,00;
- Maio de 2012: coordenador contratado na distribuição pública de debêntures da 2ª emissão do Metrô Rio, no montante de R\$ 100.000.000,00;
- Junho de 2012: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública da 6ª emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$ 500.000.000,00;
- Julho de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da Companhia Paulista de Força e Luz, no montante de R\$ 660.000.000,00;
- Julho de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da Rio Grande Energia S.A., no montante de R\$ 500.000.000,00;
- Julho de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no montante de R\$ 110.000.000,00;
- Agosto de 2012: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública da 3ª emissão de cotas do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, no montante de R\$ 500.000.000,00;
- Setembro de 2012: coordenador contratado na distribuição pública de debêntures da 6ª emissão da Companhia de Locação das Américas – Locamérica, no montante de R\$ 200.000.000,00;
- Setembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 6ª emissão da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no montante de R\$ 400.000.000,00.
- Setembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 1ª emissão da LLX Açú Operações Portuárias S.A., no montante de R\$ 750.000.000,00;

- Outubro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 6ª emissão da Even Construtora e Incorporadora S.A., no montante de R\$ 150.000.000,00;
- Outubro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 8ª emissão da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A., no montante de R\$ 160.000.000,00;
- Outubro de 2012: coordenador na distribuição pública de debêntures da 4ª emissão da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no montante de R\$ 1.100.000.000,00;
- Outubro de 2012: coordenador na distribuição pública de debêntures da 4ª emissão da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., no montante de R\$ 472.500.000,00;
- Outubro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 6ª emissão da Localiza Rent a Car S.A., no montante de R\$ 300.000.000,00;
- Novembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 7ª emissão da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$ 600.000.000,00;
- Novembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 1ª emissão da J&F Participações S.A., no montante de R\$ 500.000.000,00;
- Dezembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 10ª emissão da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$ 750.000.000,00;
- Dezembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 2ª emissão da Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., no montante de R\$ 400.000.000,00;
- Dezembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 1ª emissão da Cibe Energia e Participações S.A., no montante de R\$ 364.100.000,00;
- Dezembro de 2012: coordenador líder na distribuição pública de certificados de recebíveis imobiliários das 75ª e 76ª séries da 1ª emissão da RB Capital Companhia de Securitização, no montante de R\$ 2.513.098.878,63;
- Janeiro de 2013: coordenador na distribuição pública de debêntures da 2ª emissão da Santo Antônio Energia S.A., no montante de R\$ 420.000.000,00;
- Fevereiro de 2013: coordenador na distribuição pública de debêntures da 3ª emissão da Cyrela Commercial Properties S.A., no montante de R\$ 150.000.000,00;
- Abril de 2013: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 3ª emissão da Rodobens Negócios Imobiliários S.A., no montante de R\$ 150.000.000,00;
- Julho de 2013: coordenador na distribuição pública de cotas do JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista Capital Protegido Fundo de Investimento Imobiliário, patrimônio líquido de R\$ 125,6 milhões;
- Outubro de 2013: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 3ª emissão da Galvão Participações S.A., no montante de R\$ 300.000.000,00;

- Novembro de 2013: coordenador líder na distribuição pública de cotas do Caixa Rio Bravo Fundo de Fundos de Investimento Imobiliário, patrimônio líquido de R\$ 157.576.000;
- Novembro de 2013: coordenador líder na distribuição pública de certificados de recebíveis imobiliários das 43ª e 44ª séries da 4ª emissão da Gaia Securitizadora S.A., no montante de R\$ 2.236.065.196,18;
- Dezembro de 2013: coordenador líder na distribuição pública de cotas do Domo Fundo de Investimento Imobiliário FII, patrimônio líquido de R\$ 175.000.000.
- Junho de 2014: coordenador na distribuição pública de debêntures da 4ª emissão da Magazine Luiza S.A., no montante de R\$ 400.000.000,00;
- Junho de 2014: coordenador na distribuição pública de debêntures da 1ª emissão da Rio Petróleo SPE S.A. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, no montante de R\$ 1.530.000.000,00; e
- Agosto de 2014: coordenador líder na distribuição pública da 1ª emissão de cotas do FIDC – CASAN Saneamento, no montante de R\$ 250.000.000,00;

5.1.2. O Custodiante

É o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

Histórico

O Banco Bradesco foi fundado em 1943 como um banco comercial sob o nome de Banco Brasileiro de Descontos S.A. Em 1948, iniciou um período de intensa expansão, que fez com que se tornasse o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandiu suas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporou suas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-se um banco múltiplo, e mudando sua denominação para Banco Bradesco S.A.

O Banco Bradesco é um dos maiores bancos do setor privado (não controlado pelo governo) no Brasil, em termos de total de ativos. Fornece uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior para pessoas físicas, pequenas e médias empresas no Brasil, e importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Possui ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que permite abranger uma base de clientes diversificada. Seus serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico em julho/2014. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e autorreguladoras, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo. O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código. Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2008, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Nessa área são mantidos diversos sistemas, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fonte: www.bradescocustodia.com.br > Relações com Investidores

5.2. Relacionamento entre as Partes

5.2.1. Relacionamento entre o Administrador e Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador é responsável pela administração de 12 fundos de investimento em participações custodiados pelo Custodiante. Ademais, na data deste Prospecto, não há nenhum fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em participações custodiados pelo Custodiante.

O Administrador e o Custodiante são instituições financeiras distintas, sem qualquer tipo de relacionamento societário. A remuneração a ser paga ao Custodiante é estabelecida para cada fundo de uma forma individualizada, com base nas características de cada um.

5.2.2. Relacionamento entre o Administrador e Coordenador Líder

O Administrador e o Coordenador Líder são vice-presidências distintas pertencentes a uma mesma instituição, a Caixa Econômica Federal, que possuem independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo. Para informações sobre o Administrador e Coordenador Líder, ver Seção “Informações Sobre o Coordenador Líder, Administrador e Gestor” deste Prospecto.

5.2.3. Relacionamento entre o Administrador e Auditor Independente

Na data do presente Prospecto, o Administrador é responsável pela administração de treze fundos de investimentos em participações que são auditados pelo Auditor Independente. Ademais, na data do presente Prospecto, o Administrador não administra nenhum fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em participações que seja auditado pelo Auditor Independente. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo, de uma forma individualizada, com base nas características próprias de cada um.

A política adotada pelo Administrador atende aos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, de acordo com as normas vigentes, que, principalmente, determinam que o Auditor Independente não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I** - Cópia do Instrumento Particular de Constituição e Regulamento Vigente do Caixa Logística Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações
- ANEXO II** - Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- ANEXO III** - Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Cópia do Instrumento Particular de Constituição e Regulamento Vigente do Caixa Logística Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0002526066 em 11/02/2014.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE
INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Por este instrumento particular, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 3.241, de 04 de janeiro de 1995, com sede em Brasília, Distrito Federal, na SBS Quadra 4, Bloco A, Lote nº 3 e 4, 21º andar, Asa Sul, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n.º 2.300, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 00.360.305/0001-04, na qualidade de instituição administradora ("**Administrador**"), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em participações, sob regime de condomínio fechado, denominado **CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("**Fundo**"), nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 391**");
2. Aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("**Regulamento**");
3. Designar o Sr. Marcos Roberto Vasconcelos, brasileiro, casado, economista, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar, portador da cédula de identidade RG nº 35.739.361-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 740.661.299-00, Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros do Administrador para ser o diretor responsável pela administração, gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
4. Assumir as funções de administração e gestão da carteira de investimentos do Fundo;
5. Deliberar e aprovar a primeira emissão de cotas do Fundo, composta por até 3.000.000 (três milhões) de cotas ("**Cotas**"), com preço inicial de emissão de R\$100,00 (cem reais) por Cota, totalizando o montante de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Instrução CVM 391 e da Instrução da CVM



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 400", respectivamente).

6. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela regulamentação em vigor para a obtenção do registro de funcionamento do Fundo e da Oferta;

7. Estando assim deliberado este instrumento de constituição do Fundo, vai o presente assinado.

Este instrumento de constituição do Fundo e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Distrito Federal.

São Paulo/SP, 28 de janeiro de 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
MARCOS ROBERTO VASCONCELOS
Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros

2º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS E DOC. CRS 504 BL A Lojas 07/08 - Asa Sul Brasília/DF - Tel: 61 3214-5900 Oficial: Jesse Pereira Alves
Apresentado hoje em Títulos e Documentos, protocolado e registrado sob o nº 0002526066-livro e folha 00461-195 em 11/02/2014. Selo Digital: TJDFT20140220091794GCLP Para consultar o selo, acesse www.tidft.jus.br .

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
José Augusto Chaves de Souza
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2



22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0002526066 em 11/02/2014.

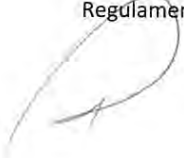
Regulamento do Fundo

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 3ª ALTERAÇÃO DO
CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES**

Pelo presente instrumento particular, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 7.973, de 28 de março de 2013, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 3.241, de 04 de janeiro de 1995, com sede em Brasília, Distrito Federal, na SBS Quadra 4, Bloco A, Lote n.º 3 e 4, 21º andar, Asa Sul, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04 ("**Administrador**"),

CONSIDERANDO QUE:

- I) No dia 28 de janeiro de 2014, o **CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 19.768.984/0001-83, foi constituído pelo Administrador sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definido na Instrução CVM n.º 409/04, regido por seu Regulamento nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, tendo seu Regulamento registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal em 11 de fevereiro de 2014 sob o nº 0002526066;
- II) No dia 16 de setembro de 2014 houve a Primeira Alteração do seu Regulamento que fora registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal em 18 de setembro de 2014 sob o nº 2682284;
- III) No dia 08 de outubro de 2014 houve a Segunda Alteração do seu Regulamento que fora registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal em 15 de outubro de 2014 sob o nº 2718275; e
- IV) Até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas, cabendo assim única e exclusivamente ao Administrador a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo,





CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

RESOLVE:

- 1 Aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento;
- 2 Submeter à CVM esta deliberação e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da Oferta;

Esta deliberação, com o Regulamento, deverá ser registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento assinado.

São Paulo/SP, 01 de dezembro de 2014.

DIMITRI LOPES OJEVANI
Gerente Executivo
Matr. 052.018-8
GN Desenv. Fundos Estruturados
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Administrador do Fundo

REBECA CORREA BAIAN
Gerente Nacional
Matr. 067.287-0
GEDEF/ANZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

2º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
C.R.S. 504.8L R. LOURIVAL J. F. 100 - 1001
Tel: 3214-2792 - Brasília

APRESENTADO PARA REGISTRO
DE DOCUMENTOS, TÍTULOS E REGISTROS
DO FUNDO

ANDAMENTO DO REGISTRO NO
OFÍCIO

DO LIVRO PROPOSTO
BRASILIA-DF, 04/12/2014
Selo Digital: T70DF201402204374578254
Para consulta: o selo, acesse
www.tst.tj.br

2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.



**REGULAMENTO DO
CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE
INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ Nº 19.768.984/0001-83

São Paulo, 01 de dezembro de 2014.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO I – DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O **CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinada a adquirir cotas de fundos de investimento em participações e é regido pelo presente Regulamento, pela Instrução CVM 391/03 e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

Administrador – é a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, devidamente autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, com sede na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04;

Amortização – é o procedimento de distribuição aos Cotistas das disponibilidades financeiras do Fundo, resultantes da alienação de um investimento;

Assembleia Geral de Cotistas – é a assembleia prevista no Capítulo VII deste Regulamento;

BACEN – é o Banco Central do Brasil;

Baixa Total – é a liquidação ou a baixa contábil de um investimento do Fundo efetuada pelo Administrador, quando, for concluído que tal investimento não gerará retorno ao Fundo, desde que fundamentado e deliberado em Assembleia Geral de Cotistas. Caso realizada a Baixa Total, o referido valor deixará de integrar o Patrimônio Líquido para fins de cálculo da Taxa de Administração do Fundo.

Boletim de Subscrição – é o documento firmado pelo Cotista por meio do qual subscreve e se obriga a integralizar Cotas do Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento;

Capital Comprometido – é a soma de todos os Capitais Comprometidos dos Cotistas;

Capital Comprometido do Cotista - o valor total que cada investidor, nos termos do respectivo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, tenha se obrigado a aportar em recursos no Fundo, mediante integralizações das Cotas subscritas;

Capital Integralizado – o valor total das Cotas subscritas e integralizadas;



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL



Carteira de Investimentos – significa o conjunto dos investimentos integrantes do patrimônio do Fundo;

CETIP – significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;

Chamada de Capital – Significa cada chamada de capital aos Cotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Cotas que tenham sido subscritas por cada um dos Cotistas, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, à medida que sejam identificadas oportunidades de investimento em valores mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo;

Código ABVCAP/ANBIMA – significa o Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE, elaborado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pela ABVCAP - Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital;

Companhias Investidas – significam as sociedades por ações, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e/ou valores mobiliários, títulos e/ou valores estes que sejam adquiridos ou subscritos pelo FIP Investido;

Compromisso de Investimento – significa cada “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento” firmado pelo Cotista e pelo Administrador, por meio do qual o Cotista ficará obrigado a integralizar Cotas de acordo com as Chamadas de Capital realizadas pelo Administrador. Os compromissos de investimento relativos às ofertas posteriores à 1ª emissão de Cotas do Fundo deverão refletir as condições aprovadas nas respectivas Assembleias Gerais de Cotistas que deliberaram tais emissões;

Conflito de Interesses – É a existência de qualquer interesse do Administrador, seus empregados, dos Cotistas do Fundo, companheiros ou parentes até o segundo grau de quaisquer das referidas pessoas que, de forma direta ou indireta, possa, sob qualquer aspecto, ser contraposto aos interesses do Fundo ou dos demais Cotistas;

Cotas – correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo;

Cotista – os investidores que venham a subscrever ou de qualquer forma adquirir Cotas de emissão do Fundo;

Custodiante – é a instituição devidamente registrada na CVM, contratada para o exercício das atividades de tesouraria, contabilização e custódia dos ativos do Fundo, além das atividades de serviços de controladoria de ativo (controle e processamento dos títulos e valores mobiliários), de passivo e de escrituração de Cotas do Fundo;



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL



CVM – é a Comissão de Valores Mobiliários;

Dia Útil – significa qualquer dia, que não um sábado, domingo, ou outro dia em que os bancos comerciais não estejam autorizados a funcionar, ou sejam obrigados a permanecer fechados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

Emissão Adicional – é cada emissão de Cotas após a 1ª emissão, na qual serão firmados novos Compromissos de Investimento e consequentemente novos Boletins de Subscrição;

Exigibilidade – são as obrigações e encargos do Fundo, incluindo as provisões eventualmente existentes;

Fundo – significa este Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações;

FIP Investido – é o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.877.859/0001-13, administrado pelo Administrador, constituído nos termos da Instrução CVM 391/03;

Instrução CVM nº 391/03 – é a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações;

Instrução CVM nº 400/03 – é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que dispõe sobre ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários;

Instrução CVM nº 409/04 – é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento;

Investidor Qualificado – significa as pessoas, brasileiras ou estrangeiras, que se enquadrem no conceito de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04;

Investimentos Líquidos – significam os outros ativos financeiros em que o Fundo poderá investir, além do FIP Investido, quais sejam: cotas de fundos de investimento de renda fixa, títulos de dívida pública; títulos, contratos e modalidades operacionais de obrigação ou coobrigação de instituição financeira; e operações compromissadas;

IPCA – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou quaisquer outros índices que venham a substituí-lo;

Patrimônio Líquido – é a soma do disponível, mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as Exigibilidades;

Período de Distribuição – o período de distribuição de Cotas do Fundo, nos termos da Instrução CVM 400/03 e do Prospecto;

Período de Investimento – o período de 5 (cinco) anos contados da data da primeira integralização de Cotas, sujeito à prorrogação conforme decisão do Administrador, sem alterar o Prazo de Duração do Fundo.

Prazo de Duração – significa o prazo de duração do Fundo, qual seja, 12 (doze) anos contados da data da primeira integralização de Cotas, podendo ser prorrogado por até 3 (três) anos, conforme proposta do Administrador devida e previamente aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas;

Provisão – corresponde a expectativas de perdas de ativos ou estimativas de valores a desembolsar que, apesar de financeiramente ainda não efetivadas, derivam de fatos geradores contábeis já incorridos. Caso a provisão constituída não se realize ou seja realizada parcialmente pelo Fundo, o seu saldo deverá ser revertido ao patrimônio do Fundo;

Público Alvo – investidores que se enquadrem como investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04;

Prospecto – é o Prospecto de Distribuição Pública das Cotas do Fundo;

Regulamento – é o presente Regulamento que rege o Fundo;

Resolução CMN 3.792/09 – é a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as normas que estabelecem as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos garantidores, bem como daqueles de qualquer origem ou natureza, correspondentes às reservas, fundos e provisões dos planos de benefícios administrados pelas EFPC;

Resolução CMN nº 3.922/10 – é a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Setor Alvo – significa o setor de infraestrutura de transportes (incluindo, mas não se limitando aos seguintes segmentos: portos, rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos) e setores complementares a estes;

Taxa de Administração – é a taxa a que fará jus o Administrador, calculada nos termos do Artigo 3º deste Regulamento;

Termo de Adesão ao Regulamento – significa o termo de adesão a ser assinado por cada Cotista quando da subscrição de Cotas do Fundo, por meio do qual aderirá ao Regulamento, concordando expressamente com o seu conteúdo, consentindo em se vincular aos seus termos e condições, e de ciência de riscos envolvidos.

Parágrafo Segundo: O Fundo destina-se exclusivamente ao Público Alvo.

Parágrafo Terceiro: Poderão, ainda, participar como Cotistas do Fundo o Administrador ou qualquer parte relacionada a estes.

Parágrafo Quarto: O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por investidor, observado que não existe valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de qualquer Cotista.

Parágrafo Quinto: O Fundo é classificado como investimento estruturado, conforme estabelecido no Artigo 20 da Resolução CMN 3.792/09, e observará os critérios aplicáveis a este tipo de investimento, determinados em referida Resolução e também o disposto na Resolução CMN nº 3.922/10.

Parágrafo Sexto: O Fundo é considerado diversificado e classificado como tipo 3 nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA.

CAPÍTULO II – DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO

Artigo 2º: O Fundo será administrado e sua Carteira de Investimentos será gerida pelo Administrador.

Artigo 3º: Pelos serviços de administração do Fundo e gestão da sua Carteira de Investimentos, o Fundo pagará ao Administrador uma remuneração de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano que incidirá (a) sobre o Capital Comprometido do Fundo, durante o Período de Investimento do Fundo; e (b) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, após o término do Período de Investimento, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, atualizado anualmente pela variação positiva do IPCA.

Parágrafo Primeiro: A Taxa de Administração devida ao Administrador será calculada e provisionada diariamente, por Dia Útil, considerado o ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

- ix) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- x) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 391/03, referentes às demonstrações contábeis e demais informações do Fundo;
- xi) cumprir as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Cotistas;
- xii) representar o Fundo em juízo e fora dele, exceto naquilo em que o Fundo for representado pelo Administrador, e praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento;
- xiii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e do Código ABVCAP/ANBIMA;
- xiv) comunicar à CVM, no prazo de até 8 (oito) dias corridos contados da respectiva deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, os seguintes atos relativos ao Fundo:
 - a. alteração deste Regulamento;
 - b. substituição do Administrador e/ou do Custodiante;
 - c. fusão;
 - d. incorporação;
 - e. cisão;
 - f. liquidação; e
 - g. distribuição de novas Cotas.
- xv) realizar Chamadas de Capital com 10 (dez) dias de antecedência à data de integralização de Cotas mediante o encaminhamento de notificação por escrito ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, a cada um dos Cotistas, solicitando a integralização parcial ou total das Cotas subscritas nos termos dos Compromissos de Investimento. Cada Chamada de Capital especificará o montante total da referida Chamada de Capital, o número de Cotas e o valor a ser integralizado por cada Cotista, bem como a destinação dos recursos; e
- xvi) informar imediatamente aos Cotistas qualquer situação de Conflito de Interesses, ainda que apenas potencial.

Parágrafo Primeiro: O Administrador, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 391/03 e deste Regulamento, tem poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais, representar o Fundo em comitês de investimento ou qualquer

outro tipo de comitê existente no FIP Investido, podendo, ainda, adquirir e alienar títulos e valores mobiliários, transigir, praticar, enfim, todos os atos necessários à administração e gestão da carteira e do Fundo.

Parágrafo Segundo: Além das atividades inerentes à gestão da carteira do Fundo e aquelas previstas neste Regulamento, caberá ao Administrador:

- I. decidir sobre os investimentos do Fundo em cotas do FIP Investido, bem como sobre os investimentos e desinvestimento em Investimentos Líquidos, observada política de investimento prevista neste Regulamento;
- II. solicitar ao Administrador a realização de Chamadas de Capital para integralização de Cotas nos termos deste Regulamento e dos Compromissos de Investimento;
- III. comparecer e votar nas assembleias gerais do FIP Investido;
- IV. fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, que fundamentem as decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- V. se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Administrador, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VI. informar imediatamente ao Administrador, que informará aos Cotistas, qualquer situação de Conflito de Interesses, ainda que apenas potencial, envolvendo o Administrador; e
- VII. negociar e firmar, em nome do Fundo quaisquer documentos, acordos ou contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do Fundo, incluindo mas não se limitando a acordos de confidencialidade, memorandos de entendimentos, acordos de investimento, boletins de subscrição, acordos de acionistas, atos e documentos necessários à representação do Fundo em assembleias gerais de qualquer natureza, além de quaisquer outros atos e documentos relacionados de qualquer forma aos investimentos do Fundo.

Parágrafo Terceiro: Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (IV) e (V) do caput deste Artigo, o Administrador poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e

eventuais Conflitos de Interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação. Nestes casos, todos os Cotistas terão acesso às informações previstas nos incisos (IV) e (V) do caput deste Artigo.

Parágrafo Quarto: A equipe responsável pela gestão da Carteira de Investimentos do Fundo está vinculada à Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, ou ao órgão que vier a sucedê-la, unidade do Administrador com sede na cidade de São Paulo, por meio de vínculo empregatício direto.

Parágrafo Quinto: O Administrador é responsável por todas as atividades de gestão e atuará de modo a garantir o fiel cumprimento ao estabelecido neste Regulamento e na legislação aplicável, atendendo às normas vigentes e ao dever de diligência e probidade na condução dos negócios relacionados a gestão do Fundo.

Artigo 6º: É vedado ao Administrador direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósitos em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades permitidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, salvo se aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de Cotistas;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 01 de novembro de 1990), ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - a. no exterior;
 - b. na aquisição de imóveis; e
 - c. na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Artigo 7º: O Administrador obriga-se a manter em absoluto sigilo as informações que tiver acesso em função de cada investimento, concordando em não revelar, duplicar ou reproduzir, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, informações ou documentos não públicos pertinentes ao objeto deste Regulamento, ressalvadas (i) as informações de domínio público, (ii) que sejam requeridas por autoridades governamentais ou judiciais, e aquelas decorrentes de lei, ou (iii) mediante prévia e expressa autorização do Cotista.



CAPÍTULO III – SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 8º: O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, endereçado a cada Cotista e à CVM.

Parágrafo Primeiro: A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Administrador, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade profissional de administração de carteira.

Parágrafo Segundo: Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o Administrador obrigado a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da expedição do aviso de que trata o Artigo 8º, supra, sendo também facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Terceiro: No caso de renúncia, o Administrador, conforme o caso, deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto: Caso (i) a Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador não seja efetivamente empossado no cargo no prazo de até 30 (trinta) dias após a deliberação de Assembleia Geral de Cotistas que o eleger, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma segunda Assembleia Geral de Cotistas para eleição do novo administrador, a se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar, conforme aplicável, (a) da data da primeira Assembleia Geral de Cotistas que deixou de eleger o novo administrador ou (b) do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para a posse do novo administrador eleito, conforme o caso;
- (ii) caso (i) a segunda Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador eleito não seja efetivamente empossado no cargo no prazo de até 30 (trinta) dias após a segunda Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador convocará uma terceira Assembleia Geral de Cotistas para eleição do novo administrador a se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar, conforme aplicável, (i) da data da segunda Assembleia Geral de Cotistas que deixou de eleger o novo administrador, ou (ii) do decurso do novo prazo de 30 (trinta) dias para a posse do novo administrador;

- (iii) caso (i) a terceira Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha de novo administrador, na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador eleito não seja efetivamente empossado no cargo no prazo de até 30 (trinta) dias após a terceira Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador poderá liquidar o Fundo independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Quinto: No caso de descredenciamento do Administrador pela CVM, esta poderá, a seu exclusivo critério e de acordo com os seus normativos internos e demais normas que regulam a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, indicar administrador temporário até a eleição de novo administrador para o Fundo.

Artigo 9º: O Administrador responderá pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo nas suas respectivas esferas de atuação, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA CUSTÓDIA

Artigo 10: As atividades de custódia, controladoria e tesouraria do Fundo, bem como os serviços de escrituração de Cotas do Fundo serão exercidas pelo Custodiante.

Parágrafo Único: O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) a abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Fundo;
- (ii) o recebimento de recursos a título de integralização de Cotas e o pagamento de valores aos Cotistas a título de rendimentos, Amortização ou resgate das Cotas, nas hipóteses previstas neste Regulamento;
- (iii) o recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos oriundos da Carteira de Investimentos e demais aplicações do Fundo; e
- (iv) a liquidação financeira de todas as operações do Fundo.

Artigo 11: Quaisquer terceiros contratados pelo Fundo responderão pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.



CAPÍTULO V – DOS OBJETIVOS DO FUNDO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 12: O Fundo buscará acompanhar a variação do IPCA acrescida de 8% (oito por cento) ao ano, por meio da aplicação mínima de 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na aquisição de cotas do FIP Investido. Esse objetivo não representa, sob qualquer hipótese, garantia do Fundo, do seu Administrador quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes da Carteira de Investimentos do Fundo, e tampouco que a referida rentabilidade alvo será efetivamente atingida.

Parágrafo Primeiro: Em caráter suplementar, os recursos não investidos na forma do *caput* deste Artigo poderão ser mantidos em moeda corrente nacional ou alocados em Investimentos Líquidos.

Parágrafo Segundo: O limite estabelecido no *caput* não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido no Parágrafo Dez, do Artigo 34 deste Regulamento, de cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Terceiro: O Administrador deve comunicar imediatamente à CVM, depois de ultrapassado o prazo referido no Parágrafo Segundo acima, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer.

Parágrafo Quarto: Caso o desenquadramento ao limite estabelecido no *caput* perdure por período superior ao prazo de aplicação dos recursos estabelecido no Parágrafo Dez do Artigo 34 deste Regulamento, o Administrador, nos termos do Artigo 34, Parágrafo Doze, deve, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos:

- (i) reenquadrar a carteira;
- (ii) solicitar prorrogação do referido prazo à CVM; ou
- (iii) restituir aos Cotistas os valores já integralizados mas não aplicados em cotas do FIP Investido.

Parágrafo Quinto: O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em cotas do FIP Investido.

Parágrafo Sexto: Sem prejuízo de limites estabelecidos pela regulamentação aplicável, as aplicações do Fundo em Investimentos Líquidos também não estarão sujeitas a limite de concentração de investimento.

Parágrafo Sétimo: Fica desde já admitido o co-investimento no FIP Investido por Cotistas, pelo Administrador, bem como por partes a eles relacionadas, inclusive outros veículos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, bem como por partes a eles relacionadas.

Artigo 13: É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos.

Artigo 14: O Fundo deverá realizar os investimentos definidos na forma estabelecida neste Regulamento durante o Período de Investimento do Fundo, o qual poderá ser objeto de prorrogação mediante aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro: Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos no FIP Investido após o final do Período de Investimento do Fundo, sem necessidade de obtenção de aprovação prévia dos Cotistas, desde que esses investimentos:

- (i) sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo, antes do término do Período de Investimento do Fundo, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimento do Fundo;
- (ii) não tenham sido efetuados até o encerramento do Período de Investimento do Fundo em razão de não atenderem a condição específica que venha a ser atendida após o encerramento do Período de Investimento do Fundo; ou
- (iii) sejam decorrentes da necessidade do FIP Investido realizar novos aportes de capital nas Companhias Investidas.

Parágrafo Segundo: Os rendimentos e recursos oriundos dos investimentos do Fundo poderão, a exclusivo critério do Administrador, ser utilizados para a realização de novos aportes nos FIP Investido, desde que durante o Período de Investimento, ou em qualquer das hipóteses previstas no Parágrafo Primeiro acima.

Artigo 15: Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Artigo 16: Não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 17: As Cotas do Fundo terão seu valor calculado diariamente, com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas do Fundo, apurados ambos ao final de cada Dia Útil.

Artigo 18: Os ativos componentes da Carteira de Investimentos do Fundo serão avaliados e contabilizados diariamente, conforme os seguintes critérios:

- (i) as cotas do FIP Investido serão contabilizadas pelo valor devidamente informado por seu respectivo administrador; e
- (ii) os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa ou variável com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com o manual de marcação a mercado do Custodiante.

Parágrafo Primeiro: Em situações em que o Administrador considere que nenhum dos critérios para contabilização descritos acima reflita adequadamente o valor dos ativos do Fundo, o Administrador poderá, a seu critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor, com base nas disposições previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelas normas editadas pela CVM, e, quando aplicável, nas práticas contábeis emanadas pelos respectivos órgãos reguladores a que os investimentos do Fundo, bem como os investimentos do FIP Investido (incluindo as Companhias Investidas), estejam sujeitos.

Parágrafo Segundo: O Administrador poderá promover reavaliações dos ativos da Carteira de Investimentos do Fundo quando houver emissão de novas Cotas ou na hipótese de liquidação antecipada (a) do FIP Investido, nos termos do respectivo regulamento ou (b) do Fundo, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Terceiro: No momento da subscrição de Cotas do Fundo e de acordo com a declaração que deverá ser firmada no Termo de Adesão ao Regulamento, os Cotistas devem declarar que têm ciência, reconhecem e aceitam as regras relativas às reavaliações dos ativos da carteira do Fundo.

Artigo 19: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas do Fundo e os procedimentos previstos na legislação em vigor, bem como as regras deste Regulamento.

CAPÍTULO VII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 20: A Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á, ordinariamente, até 150 (cento e cinquenta) dias contados do encerramento do exercício social do Fundo, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso (i) do Parágrafo Primeiro abaixo, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista neste Capítulo.

Parágrafo Primeiro: Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- (ii) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- (iii) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de Cotistas, observado o disposto nos incisos IV e V, Parágrafo Segundo, do Artigo 5º deste Regulamento;
- (iv) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo;
- (v) alterar os dispositivos deste Regulamento;
- (vi) deliberar sobre a destituição e/ou a substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (viii) deliberar sobre aumentos na Taxa de Administração, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- (ix) deliberar sobre a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (x) deliberar sobre a realização de investimentos após o término do Período de Investimento, em circunstâncias diferentes daquelas previstas no Artigo 14, Parágrafo Primeiro deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a alteração da classificação do Fundo para efeitos do Código ABVCAP/ANBIMA;
- (xii) dirimir questões de Conflito de Interesses envolvendo o Fundo, seus Cotistas, o Administrador;
- (xiii) deliberar sobre a proposta de Baixa Total apresentada pelo Administrador;
- (xiv) deliberar sobre a instalação, composição e funcionamento dos comitês e conselhos do Fundo, caso sejam implementados; e
- (xv) deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do Fundo.

Artigo 21: O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a necessária comunicação aos Cotistas.

Artigo 22: A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência encaminhada a cada Cotista, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação, inclusive eletrônica, cuja comprovação de recebimento pelo Cotista seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, do qual constarão, obrigatoriamente, (a) o dia, hora e local em que será realizada tal assembleia; (b) a possibilidade da participação dos Cotistas por áudio e/ou vídeo conferência; e (c) a descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

Parágrafo Primeiro: A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias corridos de antecedência da data prevista para a sua realização, exceto na hipótese do Artigo 8º, Parágrafo Segundo.

Parágrafo Segundo: Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será realizada segunda convocação por meio do envio de correspondência com aviso de recebimento nos termos do *caput* desse Artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro: Para efeito do disposto no Parágrafo Segundo, acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com a correspondência de primeira convocação, sendo que, nesse caso, deverá constar da convocação a data da realização da assembleia em segunda convocação, que não poderá ser inferior a 20 (vinte) dias.

Parágrafo Quarto: Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á na sede do Administrador em São Paulo; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos (e-mail) endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do Administrador.

Parágrafo Quinto: Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo Sexto: Caso autorizado pelo Administrador no momento da convocação, as Assembleias Gerais de Cotistas poderão ser realizadas sem a presença dos Cotistas, sendo realizadas inclusive por telefone, videoconferência, ou qualquer outro meio, desde que, necessariamente, a manifestação de voto com relação à deliberação estabelecida na referida assembleia seja encaminhada por cada Cotista ao Administrador no mesmo dia da respectiva assembleia. Uma cópia de toda e qualquer manifestação de voto, em meio físico ou eletrônico,

deverá ser arquivada pelo Administrador juntamente com todas as atas das Assembleias Gerais de Cotistas.

Artigo 23: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação do Administrador ou de Cotistas titulares de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas.

Artigo 24: A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de qualquer número de Cotistas adimplentes e cada Cota corresponderá ao direito de um voto na Assembleia Geral de Cotistas, ressalvado no caso do disposto no Parágrafo Oitavo do Artigo 34 abaixo.

Parágrafo Primeiro: Não obstante, os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, quando a referida possibilidade estiver expressamente prevista na convocação da Assembleia Geral de Cotistas, encaminhada ao Administrador, desde que este receba o voto do Cotista com pelo menos 1 (um) Dia Útil de antecedência em relação à data prevista para a realização da assembleia a que se refere o voto proferido na forma prevista neste Parágrafo.

Parágrafo Segundo: As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser aprovadas mediante processo de consulta formal realizada pelo Administrador por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la ao Administrador.

Parágrafo Terceiro: Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

Parágrafo Quarto: Os Cotistas que não se manifestarem no prazo estabelecido na consulta serão considerados como se tivessem se absterido de votar.

Parágrafo Quinto: As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (i), (iii), (x), (xi), (xii) e (xiii) do Parágrafo Primeiro, do Artigo 20 acima, dependerão de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas, por Cotas que representem, pelo menos, a maioria das Cotas presentes à assembleia; por sua vez as matérias previstas nos incisos (ii), (iv) a (ix), (xiv) e (xv), do referido Parágrafo Primeiro, serão deliberadas por votos que representem, pelo menos, 70% (setenta por cento) das Cotas presentes à assembleia.

Parágrafo Sexto: Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, desde que, até 3 (três) dias corridos antes da data fixada para a realização da assembleia, (i) o Cotista esteja devidamente inscrito no livro "Registro dos Cotistas" e (ii) o Cotista esteja adimplente com suas obrigações de integralização das Cotas e estas estejam depositadas na conta de depósito.

Parágrafo Único: Após a data da primeira integralização de Cotas, o valor da Cota será o resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas integralizadas, apurados, ambos ao final de cada Dia Útil.

Artigo 29: No caso de Emissão Adicional, o Fundo emitirá novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas tomada pelo voto favorável dos Cotistas que representem a maioria qualificada das Cotas presentes à assembleia, nos termos do Artigo 20, Parágrafo Primeiro, inciso (ii) deste Regulamento, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do Fundo no FIP Investido de forma a manter seu valor econômico, (ii) a cobertura de eventuais contingências do Fundo, ou (iii) a recomposição do caixa do Fundo em montante suficiente para pagamento das despesas do Fundo.

Parágrafo Único: No caso de Emissão Adicional, aplicar-se-ão as regras previstas nos Artigos 30 e 31 deste Regulamento.

Artigo 30: A Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre nova emissão de Cotas definirá o seu valor, bem como as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Cotas, observado o disposto na legislação aplicável, conforme proposta do Administrador.

Parágrafo Único: As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas.

Artigo 31: Ao aderir ao Fundo o investidor celebrará com o Administrador o Compromisso de Investimento, que definirá as regras para Chamadas de Capital que ocorrerão ao longo do Período de Investimento do Fundo, chamadas estas as quais o Cotista estará obrigado, sob as penas expressamente previstas no referido Compromisso de Investimento.

Parágrafo Primeiro: No ato da subscrição de Cotas, o Cotista:

- (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento atestando que recebeu cópia do presente Regulamento, Prospecto, uma breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador;
- (ii) declarará sua condição de Investidor Qualificado, nos termos da legislação vigente;
- (iii) assinará o Compromisso de Investimento; e
- (iv) assinará o Boletim de Subscrição.

Parágrafo Segundo: Do Boletim de Subscrição constarão, entre outras informações:

- (i) nome e qualificação do subscritor;

- (ii) número de Cotas subscritas;
- (iii) preço de subscrição e valor total a ser integralizado; e
- (iv) condições para integralização de Cotas.

Parágrafo Terceiro: Aplicam-se, as disposições previstas neste Artigo na hipótese de Emissão Adicional.

Artigo 32: As Cotas deverão ser subscritas até o encerramento do Período de Distribuição, observado o prazo limite para a realização de Chamadas de Capital para realização de investimentos que coincidirá com o encerramento do Período de Investimento do Fundo, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regulamento, tudo nos termos do Compromisso de Investimento.

Artigo 33: As Cotas deverão ser integralizadas na medida em que ocorrerem Chamadas de Capital para integralização pelo Administrador, nos termos deste Regulamento, dos respectivos Compromissos de Investimento, dos respectivos boletins de subscrição e dos respectivos instrumentos de Chamada de Capital.

Artigo 34: As Cotas deverão ser integralizadas exclusivamente em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias corridos após a notificação do Administrador, em recursos imediatamente disponíveis e transferíveis à conta de titularidade do Fundo mantida pelo Administrador, conforme expressamente indicado em documento que vier a formalizar cada nova Chamada de Capital.

Parágrafo Primeiro: As integralizações de Cotas ocorrerão exclusivamente em moeda corrente nacional e poderão ser realizadas (i) pelo MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, (ii) por meio de transferência eletrônica disponível – TED, (iii) por meio de débito em conta corrente, ou (iv) por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Parágrafo Segundo: As Cotas integralizadas ou depositadas junto à CETIP permanecerão sob custódia da mesma, sendo que as Cotas integralizadas junto ao Administrador permanecerão sob custódia junto ao Custodiante, na qualidade de escriturador.

Parágrafo Terceiro: No ato da integralização das Cotas, o subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, conforme disposto no Compromisso de Investimento, que será autenticado pelo Administrador do Fundo.

Parágrafo Quarto: O Cotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações nos termos deste Regulamento, Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, inclusive a obrigação de integralizar Cotas, ficará de pleno direito constituído em mora, independentemente de qualquer notificação do Administrador, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa equivalente a 2% (dois por cento) ao mês sobre o débito atualizado, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência da inadimplência. Adicionalmente, o Cotista inadimplente estará sujeito as seguintes consequências: suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembleias Gerais de Cotistas; e (b) recebimento de todas e quaisquer Amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo.

Parágrafo Quinto: Na hipótese de o Cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, os demais Cotistas não responderão por tal inadimplemento.

Parágrafo Sexto: Verificada a mora do Cotista, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas, para que os Cotistas deliberem por um dos seguintes caminhos a serem seguidos:

- (i) promover contra o Cotista inadimplente cobrança extrajudicial das importâncias devidas; ou
- (ii) promover contra o Cotista inadimplente processo de execução para cobrar as importâncias devidas, servindo o Compromisso de Investimento e o aviso de Chamada de Capital como título executivo extrajudicial nos termos do Código de Processo Civil.

Parágrafo Sétimo: Será havida como não escrita, relativamente ao Fundo, qualquer estipulação do Compromisso de Investimento que exclua ou limite o exercício das opções previstas neste Artigo.

Parágrafo Oitavo: O Cotista inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, bem como terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleia Geral de Cotistas e recebimento de ganhos e rendimentos) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Nono: Caso o Cotista inadimplente venha a cumprir com todas as obrigações após a suspensão dos seus direitos, conforme indicado acima, tal Cotista inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, e recuperará o exercício de seus direitos políticos, conforme previsto neste Regulamento.



Parágrafo Décimo: Os recursos aportados no Fundo deverão ser utilizados para investimentos em cotas do FIP Investido até o último Dia Útil do 2º mês subsequente à data de recebimento pelo Cotista da chamada para integralização.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Até que os investimentos do Fundo sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo deverão ser aplicados nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 12.

Parágrafo Décimo-Segundo: Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Primeiro, do Artigo 12, caso os investimentos do Fundo no FIP Investido não sejam realizados dentro do prazo previsto no Parágrafo Dez acima, o Administrador, a seu critério, decidirá sobre:

- (i) o reenquadramento da carteira;
- (ii) a restituição aos Cotistas dos valores integralizados da última Chamada da Capital, sem qualquer correção, na proporção por elas integralizadas.

Artigo 35: Caso a totalidade das Cotas emitidas, nos termos deste Regulamento, não seja subscrita até o final do respectivo Período de Distribuição, o Administrador poderá cancelar o saldo de Cotas não subscritas sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 36: A exclusivo critério do Administrador, as Cotas poderão, a qualquer tempo, ser amortizadas, proporcionalmente ao montante que o valor de cada Cota representa em relação ao Patrimônio Líquido, todas as vezes que se verificar pagamentos recebidos do FIP Investido.

Parágrafo Primeiro: As Amortizações referidas neste Artigo, uma vez aprovadas pelo Administrador, serão sempre feitas pelo Administrador, de forma a manter recursos líquidos no Fundo estimados para suportar, no mínimo, 12 (doze) meses de despesas projetadas do Fundo.

Parágrafo Segundo: O Cotista inadimplente terá as Amortizações de Cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo Fundo a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

Artigo 37: O Administrador poderá deliberar pela Amortização de Cotas em ativos da Carteira de Investimentos, caso em que definirá as condições para tal Amortização.

Artigo 38: Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação antecipada do Fundo.

Artigo 39: As Cotas emitidas pelo Fundo poderão ter registro na CETIP e poderão ser registradas para negociação, no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Cotas. Os Cotistas alienantes serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer tributos, despesas ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.

Parágrafo Oitavo: No caso das Cotas a serem alienadas nos termos desse artigo não estarem totalmente integralizadas, o Cotistas Ofertado e/ou o novo cotista deverão, como condição de validade para a referida transferência, assumir expressamente, por escrito, a responsabilidade solidária com o Cotista Ofertante por todas as obrigações daquele perante o Fundo no tocante à integralização das Cotas alienadas e não integralizadas.

Parágrafo Nono: O Administrador poderá vetar a transferência de Cotas de qualquer Cotista prevista nos termos desse artigo caso não sejam cumpridas as formalidades previstas em lei ou caso, a critério fundamentado do Administrador, o Cotistas Ofertado e/ou o novo cotista não entreguem os documentos solicitados.

Parágrafo Dez: O novo Cotista deverá aderir aos termos e condições deste Regulamento, por meio da assinatura e entrega ao Administrador do Termo de Adesão ao Regulamento. Ainda, todo e qualquer Cotista ao ingressar no Fundo atestará o conhecimento e concordância com o disposto neste Artigo, declarando ainda ter ciência de que a disposição deste Artigo é soberana em relação a todas as demais e que levou em conta esta questão ao tomar a decisão de investir no Fundo.

CAPÍTULO IX – FATORES DE RISCO

Artigo 40: Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos aos riscos aos quais os investimentos do FIP Investido estão sujeitos, sendo que os investimentos do FIP Investido estão sujeitos, inclusive, mas não se limitando, a riscos decorrentes de variações de mercado, riscos inerentes aos emissores dos títulos, valores mobiliários e Investimentos Líquidos integrantes das respectivas carteiras de investimentos e riscos de crédito de modo geral. O Administrador não poderá, em qualquer hipótese, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira de Investimentos ou por eventuais prejuízos impostos aos Cotistas. Mesmo que o Administrador mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista, inclusive a possibilidade de Patrimônio Líquido negativo do Fundo.

Parágrafo Único: Os ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e, portanto, o Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

(I) RISCO DE LIQUIDEZ: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e/ou da Carteira de Investimentos do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido as condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados, poderá causar a baixa liquidez de referidos títulos. Em virtude de tais riscos, o FIP Investido e/ou o Fundo poderão encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FIP Investido e para o Fundo, os quais permanecerão expostos, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o FIP Investido e/ou o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de Amortizações e resgates aos Cotistas do Fundo, nos termos deste Regulamento.

(II) **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FIP Investido e/ou do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira de investimentos do FIP Investido e a Carteira de Investimentos do Fundo.

(III) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FIP Investido e do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas do FIP Investido e das Cotas e perdas aos Cotistas.

(IV) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** o Fundo aplicará, no mínimo, 90% (noventa por cento) do seu patrimônio em cotas do FIP Investido, os quais, por sua vez, poderão adquirir títulos e valores mobiliários emitidos por um número restrito de Companhias Investidas. O disposto neste item implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em cotas do FIP Investido e, indiretamente, em títulos e valores mobiliários emitidos por um número restrito de Companhias Investidas.

(V) **RISCOS DE ACONTECIMENTOS E PERCEPÇÃO DE RISCO EM OUTROS PAÍSES:** o mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Companhias Investidas e o FIP Investido e, por conseguinte, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Cotistas.

(VI) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E A POLÍTICA GOVERNAMENTAL:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo, e/ou (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas. Adicionalmente, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As

medidas podem estar associadas a ações para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária, dentre outras e podem envolver alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento ou redução de tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, podem impactar significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente, ainda que legitimamente exercidas, poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do Fundo. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento significativo das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o BACEN, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

(VII) **RISCOS DE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:** os governos podem introduzir alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários. Os efeitos dessas medidas fiscais e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de mudanças nas regras fiscais vigentes não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar as Companhias Investidas, os outros ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e da Carteira de Investimentos do Fundo, o FIP Investido, o Fundo e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis às Companhias Investidas, aos Investimentos Líquidos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e da Carteira de Investimentos do Fundo, ao FIP Investido, ao Fundo e/ou aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do FIP Investido e/ou do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade dos Cotistas. Adicionalmente a Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos administrativos competentes poderão realizar modificações na regulamentação das obrigações tributárias e acessórias, que poderá afetar a rentabilidade dos Cotistas, os resultados do Fundo, do Fundo Investido e das Companhias Investidas.

(VIII) **RISCOS DE NÃO REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR PARTE DO FIP INVESTIDO E/OU DO FUNDO:** Os investimentos do FIP Investido e, portanto, os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista e não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FIP Investido e pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimento, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização destes investimentos.

(IX) RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM COTAS DO FIP INVESTIDO E/OU EM TÍTULOS E/OU VALORES MOBILIÁRIOS DAS COMPANHIAS INVESTIDAS: Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas, as quais são semelhantes às hipóteses de liquidação do FIP Investido. Se alguma dessas situações se verificar, há a possibilidade de que as Cotas venham a ser resgatadas em cotas do FIP Investido e/ou em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar as cotas do FIP Investido ou referidos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas que venham a ser recebidos do Fundo.

(X) RISCO RELACIONADO AO RESGATE E À LIQUIDEZ DAS COTAS DO Fundo: O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Cotas a qualquer momento. A Amortização das Cotas será realizada na medida em que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, a critério do Administrador, ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento e o disposto neste Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.

(XI) RISCOS RELACIONADOS AO FIP INVESTIDO E ÀS COMPANHIAS INVESTIDAS: Embora o FIP Investido tenha sempre participação no processo decisório das Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas ou (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados do FIP Investido e, portanto, da Carteira de Investimentos do Fundo e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do gestor e administrador do FIP Investido, os pagamentos relativos aos títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos aos respectivos setores em que atuam tais companhias. Não há garantia quanto ao desempenho desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe ao mesmo tempo o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho do seu setor de atuação, não há garantia de que o FIP Investido, o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos do FIP Investido poderão ser feitos em companhias fechadas, as

quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas nos regulamentos do FIP Investido, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o FIP Investido quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados dessas companhias e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor das Cotas do Fundo. O FIP Investido poderá investir em companhias que atuam em setores regulamentados. As operações de tais companhias estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas companhias. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho das Companhias Investidas e do Fundo, podendo acarretar perdas aos Cotistas.

(XII) RISCO RELATIVO AO SETOR ALVO DAS COMPANHIAS INVESTIDAS: Os contratos de concessão estabelecem um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o que possibilita que o poder concedente e o concessionário busquem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevisíveis na época da assinatura do contrato de concessão. O procedimento para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do poder concedente, de forma que as Companhias Investidas não podem garantir que este equilíbrio seja reestabelecido. As Companhias Investidas podem atuar em ambientes altamente regulados e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais. O poder concedente possui, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às concessões, fazendo com que as Companhias Investidas tenham que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas. As Companhias Investidas não podem assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medida tais ações poderão afetar seus resultados. Caso a Companhia Investida seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

(XIII) RISCOS RELACIONADOS À AMORTIZAÇÃO DAS COTAS: Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos às cotas do FIP Investido, as quais, por sua vez, terão seu valor relacionado aos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos aos valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas e ao retorno do investimento em tais Companhias Investidas mediante o seu desinvestimento. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

(XIV) **RISCO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO:** As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do Capital Integralizado, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

(XV) **RISCO DE DERIVATIVOS:** Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações e não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas.

(XVI) **RISCO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS:** A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do FIP Investido e do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e demais operações estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do FIP Investido e do Fundo, podendo resultar em perdas aos Cotistas.

(XVII) **RISCO DE AUSÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS:** As Cotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de *rating*). Caberá aos potenciais investidores, antes de subscrever e integralizar as Cotas, analisar todos os riscos envolvidos na aquisição de Cotas, inclusive, mas não somente, aqueles aqui descritos

(XVIII) **DEMAIS RISCOS:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros em geral, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Cotas.

Artigo 41: As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO X – EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 42: Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para resgate das mesmas e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas.

Artigo 43: O Fundo entrará em liquidação ao final de seu respectivo Prazo de Duração, tão logo seja realizada a liquidação do FIP Investido.

Artigo 44: O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente da seguinte forma:

- (i) mediante deliberação de seus Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, caso seja deliberado por quórum qualificado, conforme Artigo 20, Parágrafo Primeiro deste Regulamento;
- (ii) a critério do Administrador, caso ocorra o desinvestimento de todos os ativos da Carteira de Investimentos, a qualquer tempo após o término do Período de Investimento do Fundo.

Artigo 45: A liquidação dos ativos do Fundo será feita por meio de uma das formas abaixo, a critério do Administrador:

- (i) venda dos ativos da Carteira de Investimentos em mercados regulamentados de valores mobiliários, regulados pela Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, ou em negociações privadas, observado o disposto na legislação aplicável; e/ou
- (ii) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda dos ativos da Carteira de Investimentos, negociadas pelo Administrador.

Artigo 46: Após a liquidação dos ativos referidos acima, o Administrador deverá deliberar sobre os procedimentos de pagamento do resgate ou da Amortização das Cotas do Fundo, inclusive mediante a entrega de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 47: Na hipótese de o Administrador encontrar dificuldades ou impossibilidade de fracionamento dos ativos que compõem a carteira do Fundo, os títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo, para fins do Artigo 46 acima, os títulos e valores mobiliários serão dados em pagamento aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada condômino será calculada de acordo com a proporção de Cotas detidas por cada Cotista sobre o valor total das Cotas subscritas. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador e o Custodiante estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo Primeiro: No caso de constituição do condomínio referido acima, o Administrador deverá notificar os Cotistas para que os mesmos elejam o respectivo administrador, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção dos títulos e valores mobiliários a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer isenção de responsabilidade do Administrador perante os Cotistas até a constituição do referido condomínio, que, uma vez constituído, passará a ser de responsabilidade exclusiva do administrador eleito pelos Cotistas na forma do disposto no presente Parágrafo, de maneira que

tal condomínio não estará mais sujeito às normas editadas pela CVM para o funcionamento de fundos de investimento, mas sim, às regras a ele pertinentes ao condomínio previstas no Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo: Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos Parágrafos acima, esta função será exercida pelo Cotista que detenha o maior número de Cotas subscritas.

Parágrafo Terceiro: O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos ativos integrantes da carteira do Fundo pelo prazo não prorrogável de 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação referida no Parágrafo Segundo acima, durante o qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas indicará o Administrador e o Custodiante, data, hora e local para que seja feita a entrega dos títulos e valores mobiliários aos Cotistas. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO XI – DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 48: Constituem encargos do Fundo, além da remuneração dos serviços de administração e gestão da carteira do Fundo, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas do Fundo pelo Administrador:

- (i) quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo (incluindo o reembolso de despesas pré-operacionais) e, distribuição de Cotas e referentes à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (ii) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de cotas do FIP Investido e outros títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos do Fundo;
- (iii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iv) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas de interesse do Fundo, previstas na regulamentação pertinente e neste Regulamento;
- (v) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (vi) honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras do Fundo;

- (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (viii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (ix) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (x) quaisquer despesas inerentes à constituição, distribuição de Cotas, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (xi) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo;
- (xii) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, incluindo, mas não se limitando a despesas com auditoria contábil e legal do FIP Investido e consultorias especializadas, bem como a realização de estudos de viabilidade técnica e financeira até o limite equivalente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (xiii) taxas, mensalidades, contribuições e ou quaisquer outras despesas relativas ao Fundo, devidas a entidades reguladoras e auto reguladoras, públicas ou privadas, dos mercados financeiros e de capitais;
- (xiv) despesas com o registro e manutenção das Cotas do Fundo na CETIP, conforme aplicável;
- (xv) eventual pagamento de taxa de ingresso disposta no FIP Investido.

Parágrafo Primeiro: Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo: São passíveis de reembolso pelo Fundo despesas incorridas anteriormente ao seu registro na CVM, limitadas à 720 (setecentos e vinte) dias de anterioridade, tais como as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços jurídico-legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, despesas com escrituração, registros de documentos inclusive na CVM e na ANBIMA, desde que tal reembolso seja aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 49: O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada das escriturações relativas ao Administrador e ao Custodiante.

Artigo 50: As demonstrações financeiras do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social.

CAPÍTULO XII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 51: No ato de seu ingresso no Fundo, o Cotista receberá, obrigatória e gratuitamente, um exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, devendo expressamente concordar com o seu conteúdo e consentir em se vincular aos seus termos e condições, mediante assinatura do Compromisso de Investimento, do Boletim de Subscrição e do Termo de Adesão ao Regulamento.

Artigo 52: O Administrador deverá divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou carta registrada, e manterá disponível em sua sede e nas instituições responsáveis pela distribuição de Cotas do Fundo, sem exclusão de qualquer outro meio adicional, ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo e possíveis interessados em adquirir Cotas do Fundo.

Parágrafo Primeiro: Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes ao FIP Investido e/ou às Companhias Investidas, obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções, regulares enquanto gestor, membro ou participante dos órgãos de comitês, conselhos ou órgãos consultivos ou de administração do FIP Investido e/ou das Companhias Investidas, conforme aplicável.

Parágrafo Segundo: Para os fins do Fundo, todas as comunicações efetuadas por correios eletrônicos (e-mail) entre o Fundo, e os Cotistas e/ou demais prestadores de serviços são consideradas válidas e deverão conter as respectivas confirmações de recebimento dos destinatários dos mesmos.

Artigo 53: O Administrador deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, e aos Cotistas, as informações especificadas nos Parágrafos abaixo, na periodicidade neles indicadas:

Parágrafo Primeiro: O Administrador comunicará à CVM, no prazo de até 8 (oito) dias contados de sua deliberação, os seguintes atos:

- a. alteração do Regulamento;
- b. substituição do Administrador;
- c. fusão, incorporação, cisão e liquidação do Fundo;
- d. distribuição de novas Cotas.

Parágrafo Segundo: O Administrador enviará à CVM e, por meio eletrônico, aos Cotistas:

- I. Diariamente as seguintes informações:
- (i) valor unitário das Cotas e Patrimônio Líquido do Fundo.
- II. Mensalmente, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o encerramento do mês a que se referiam, as seguintes informações:
- (i) valor integralizado por cada Cotista do Fundo, sendo essa informação reservada para cada Cotista individualmente;
 - (ii) posição da carteira do Fundo; e
 - (iii) valor unitário das Cotas do Fundo no último dia do mês.
- III. Trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
- (i) valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (ii) número de Cotas emitidas; e
 - (iii) relatórios de receitas e despesas detalhadas do Fundo.
- IV. Semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
- (i) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
 - (ii) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o Artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
 - (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
 - (iv) a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira.
- V. Anualmente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- (i) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (ii) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

Parágrafo Terceiro: As informações de que trata a alínea “i” do inciso (IV) devem ser enviadas à CVM com base no calendário civil, e as informações de que tratam as alíneas “ii”, “iii”, e “iv” do inciso (IV) devem ser enviadas à CVM com base no exercício social do Fundo.

Artigo 54: O Administrador deverá remeter anualmente aos Cotistas, por ocasião do encerramento do exercício social do Fundo:

- (a) saldo do Cotista em número de Cotas e valor; e
- (b) comprovante para efeitos da declaração de imposto de renda.

Parágrafo Primeiro: O Administrador é obrigado a divulgar a todos os Cotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo.

Parágrafo Segundo: As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o seu Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

Parágrafo Terceiro: Caso alguma informação do Fundo seja divulgada com incorreções ou informações não verdadeiras que possam induzir o investidor a erros da avaliação, o Administrador, por iniciativa própria ou por determinação da CVM, deverá utilizar-se do mesmo veículo de divulgação da informação errônea, constando de modo expresso que a informação está sendo republicada por determinação da CVM, se for o caso, sem prejuízo das perdas e danos causados.

CAPÍTULO XIII – CONVENÇÃO ARBITRAL

Artigo 55: Todas as divergências oriundas ou relacionadas com o presente Regulamento que não forem resolvidas amigavelmente deverão ser imediatamente dirimidas por arbitragem nos termos da Lei 9.307/96, perante a Câmara de Arbitragem da BM&F Bovespa S.A, de acordo com o Regulamento da BM&F Bovespa S.A (“Regulamento da BM&F Bovespa”) em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

Parágrafo Primeiro: A sede da arbitragem deverá ser a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e será conduzida no idioma português por três árbitros, sendo um nomeado pelo requerente e outro nomeado pelo requerido, na forma do Regulamento da BM&F Bovespa. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes e/ou requeridos devem indicar em conjunto seu respectivo árbitro. Os dois árbitros assim indicados nomearão, de comum acordo, o terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral. Caso os dois árbitros indicados pelas partes deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que o último dos dois árbitros foi nomeado, caberá à Câmara de Arbitragem da BM&F Bovespa S.A. indicar o terceiro árbitro. Toda e qualquer controvérsia ou omissão relativa à indicação dos árbitros pelas partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida ou suprida pela Câmara de Arbitragem da BM&F Bovespa S.A.

Parágrafo Segundo: A lei aplicável será a brasileira, e os árbitros não poderão decidir por equidade. O Tribunal Arbitral poderá conceder as tutelas urgentes, provisórias e definitivas que entender apropriadas, inclusive as voltadas ao cumprimento específico das obrigações previstas no presente Regulamento.

Parágrafo Terceiro: Cada parte arcará com os custos e as despesas a que der causa no decorrer da arbitragem e as partes ratearão em partes iguais os custos e as despesas cuja causa não puder ser atribuída a uma delas.

Parágrafo Quarto: Se necessário, para fins exclusivos de (i) assegurar a instituição da arbitragem, e (ii) obter medidas urgentes para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do tribunal arbitral, fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo órgão judiciário deverá ser prontamente notificada pela parte requerente à Câmara de Arbitragem da BM&F Bovespa S.A, e o tribunal arbitral poderá rever, manter ou revogar a medida.

Parágrafo Quinto: O presente Regulamento estará sujeito à legislação em vigor na República Federativa do Brasil, em especial às normas específicas da CVM, sem referência a suas disposições sobre conflitos de lei.

Parágrafo Sexto: Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, os Cotistas, o Administrador reservam-se o direito de demandar em juízo para (a) compelir uns aos outros a observar(em) o procedimento de arbitragem previsto neste Regulamento; (b) executar qualquer decisão arbitral nos termos deste Capítulo; (c) utilizar, a seu exclusivo critério, qualquer outra medida de urgência e/ou de preservação de direitos, em caso de iminência de dano irreparável em momento anterior ao da nomeação do árbitro; ou (d) dirimir os litígios que, por força de lei, não possam ser objeto de arbitragem.

Parágrafo Sétimo: Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Capítulo, inclusive com referência do disposto na alínea "c" do Parágrafo Sexto acima.

CAPÍTULO XIV – DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Artigo 56: A política de exercício de direito de voto em assembleias a ser praticada pelo Administrador é aquela disponível, em sua versão integral e atualizada, na rede mundial de computadores, no seguinte endereço eletrônico: www.caixa.gov.br (nesta página acessar "Investimentos", clicar em "Fundos de Investimento" e selecionar "Política de Exercício de Direito de Voto de Fundos Estruturados" no quadro "Indispensável").

Parágrafo Único: As decisões do Administrador quanto ao exercício de direito de voto serão tomadas de forma diligente, como regra de boa governança, mediante a observância da política

de voto, com o objetivo de preservar os interesses do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável às atividades de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 57: Todas as informações e comunicações previstas neste Regulamento entre o Administrador e Cotistas poderão ser fornecidas e/ou efetuadas por meios eletrônicos.

Artigo 58: Cada Cotista se compromete a não oferecer e a tomar todas as medidas para que suas Cotas não sejam objeto de constrição judicial de qualquer natureza, inclusive penhora. Caso o sejam, o Cotista em questão, conforme o caso, deverá (i) tomar todas as medidas cabíveis para substituir as Cotas, conforme o caso, por outros bens de sua propriedade, em até 30 (trinta) dias da data em que tomar ciência da instituição do respectivo gravame, liberando as Cotas do ônus; e (ii) apresentar documentos, em vias originais ou autenticadas, que comprovem a liberação do ônus sobre as Cotas em até 3 (três) dias contados do prazo previsto acima para obter referida liberação.

Artigo 59: Em caso de mudança, caberá a cada Cotista informar ao Administrador, a alteração de seus dados cadastrais.

Artigo 60: O Regulamento poderá ser obtido na sede do Administrador ou no site da CVM (www.cvm.gov.br). Eventuais informações adicionais, registros de sugestões e reclamações poderão ser encaminhados para o Administrador pelo e-mail gedef@caixa.gov.br.

Artigo 61: O exercício social do Fundo será encerrado no último dia de março de cada ano.

Artigo 62: A apresentação, pelo Cotista, do Termo de Adesão ao Regulamento devidamente firmado, constitui sua expressa ciência e concordância com o presente Regulamento, a cujo cumprimento estará obrigado.

Artigo 63: Em caso de morte ou incapacidade do Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o Administrador que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 64: Na data deste Regulamento, o Fundo não tinha quaisquer comitês ou conselhos de qualquer natureza.

Artigo 65: Os Cotistas e o Administrador deverão manter sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, as informações e/ou documentos referentes aos investimentos e operações do Fundo, exceto nas hipóteses em que quaisquer das informações sejam reveladas, utilizadas ou divulgadas por qualquer Cotista e/ou pelo Administrador, ressalvado (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador, (ii) em decorrência



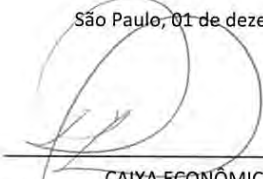


CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

29 of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia remissada
sob o nº 4002807992 em 04/12/2014.

de obrigação estabelecida nos termos deste Regulamento, ou (iii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador deverá ser informado, por escrito, da referida ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

São Paulo, 01 de dezembro de 2014


DIMITRI LOPES QUEVAN
Gerente Executivo
Matr. 052.018-8
GN Desenv. Fundos Estruturados
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Administrador


REBECA CORRÊA BALIAN
Gerente Nacional
Matr. 067.287-0
GEDEF/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Atendimento ao Cotista: 0800 726 0101

Ouvidoria Caixa: 0800 725 7474

Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

www.caixa.gov.br

ANEXO II

Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, devidamente autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme ato declaratório CVM nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, com sede na Avenida Paulista, nº 2.300, 11º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de instituição administradora do **CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo")**, vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública da primeira emissão de cotas do Fundo ("**Prospecto**" e "**Oferta**", respectivamente) contém as informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da Carteira de Investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (iv) atesta que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

São Paulo, 16 de setembro de 2014.



Marcos Roberto Vasconcelos

Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

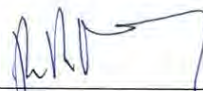
Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de distribuição de títulos e valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Finanças e Controladoria, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de instituição líder da distribuição pública da primeira emissão de cotas do **CAIXA LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), vem, nos termos do §1º do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar (a) que as informações prestadas pela Administradora por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada à respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo/SP, 16 de setembro de 2014.



Márcio Percival Alves Pinto
Vice-Presidente de Finanças e Controladoria
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)